

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DO GASODUTO  
CABIÚNAS – REDUC  
GASDUC 3**

**MUNICÍPIO DE  
MAGÉ / RJ**

**DATA: 11/02/2008**

**LOCAL: Magé Tênis Clube**

**Rua Irineu Marinho, 8 - Centro  
Magé - RJ**

**Audiência Pública Gasoduto Cabiúnas-Reduc**  
**Gasduc 3**

**MARCOS CASTILHO** – ...lugares, a fim de darmos início a esta Audiência Pública. Boa noite a todos e todas, solicitamos aos presentes que desliguem seus celulares ou os coloquem em modo silencioso. Nesse momento então, passamos a dar início a Audiência Pública relativa ao licenciamento ambiental do Gasoduto Cabiúnas-Reduc – Gasduc 3. Por se tratar de um ambiente que reúne um número considerável de pessoas, é importante que tenhamos algumas orientações sobre segurança, que na oportunidade, o Presidente desta audiência o fará. Convidamos neste momento o representante da Petrobras para proferir sobre a segurança, o Sr. Pedro Henrique Vieira Sampaio, Técnico em Segurança do Trabalho da Petrobras.

**PEDRO HENRIQUE** – Boa noite pessoal, queria falar alguma coisa importante sobre segurança aqui. Meu nome é Pedro Henrique. Se vocês observaram, em todo o nosso ambiente nós temos extintores que foram identificados, temos cartazes identificando os mesmos. E temos algumas saídas de emergência, aqui a sua esquerda, a sua direita e também aqui no fundo. E temos uma ambulância aqui, no caso de uma situação, se precisar temos uma ambulância aqui. E temos aqui atrás um posto médico, com um médico dando apoio a gente. É isso aí.

**MARCOS CASTILHO** – Muito obrigado. Solicitamos a plenária que, dentro do possível, possamos manter o silêncio, e no momento devido, nos debates, teremos oportunidade de nos pronunciarmos. Para compor a mesa, já sentado a mesma, o representante da FEEMA e Presidente desta Audiência Pública, o Sr. Luiz Heckmaier, representando a FEEMA, Secretário Executivo desta Audiência Pública, Sr. Maurício Couto, que também já está à mesa. Como representante da Petrobras convidamos o Sr. Paulo Montes, representando a Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente Ltda., Empresa de consultoria responsável pela elaboração dos Estudos Ambientais, Sr. Roberto Simões, representando o grupo técnico encarregado da análise do estudo de impacto ambiental da FEEMA, Sr. José Alencar Sampaio. Convidamos o Secretário de Meio Ambiente do Município de Magé, Sr. Carlos Menezes. Composta a mesa, algumas outras autoridades convidadas, a medida que forem chegando, nós anunciaremos as suas

presenças e encaminharemos a composição da mesma. Convidamos então, composta a mesa, senhoras e senhores, para a execução do Hino Nacional Brasileiro.

## EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO

**MARCOS CASTILHO** – Nesse momento passamos a palavra ao Presidente da mesa para as boas vindas e abertura oficial desta Audiência Pública.

**LUIZ HECKMAIER** – Boa noite a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta Audiência Pública, convocada pela Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, a pedido da Prefeitura Municipal de Magé para esse empreendimento, da APEDEMA, entre outros, que solicitaram essa audiência. Bom, vou ler o edital de convocação da audiência. O Presidente da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 21.287, de 23 de janeiro de 95, no cumprimento do disposto na Deliberação CECA nº 2.555, de 26/11/91 e a Deliberação CECA/SN nº 4.845, de 12 de julho de 2007, e tendo em vista os termos da Deliberação CECA/CLF nº 4.943, de 29/01/2008, o processo é 07200186/2007, convoca Audiência Pública para apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, com relação ao requerimento de Licença Prévia da Empresa Consórcio Malhas Sudeste-Nordeste S.A., para implantação do gasoduto Cabiúnas-Reduc – Gasduc 3, que irá interligar a estação terminal de Cabiúnas, no município de Macaé, com a estação de compressão ECOMP-Reduc II, no município de Caxias. Audiência esta que será realizada no dia 11 de fevereiro de 2008, às 19:00 h. com o tempo de duração para apuração da audiência previsto para três horas, no Magé Tênis Clube, situado na rua Irineu Marinho, nº 8 – Centro – Município de Magé. Sobre a presidência de Luiz Heckmaier e secretariada por Maurício Couto César Jr., que aqui se encontra. Bom, antes de dar início aos trabalhos e apresentação, gostaria de saber se está presente algum membro do Ministério Público Estadual ou Municipal ou Federal, Ministério Público Estadual ou Ministério Público Federal. Se encontra algum representante? Por gentileza queira se identificar. Não estou conseguindo identificar. Ok. Bom, só para esclarecer como será feito o nosso trabalho, inicialmente a audiência será feita da seguinte forma, a primeira apresentação será do empreendedor, que vai ter um tempo para explicar o empreendimento e como será feito o seu traçado e as suas implicações, os seus projetos

e a sua forma de execução. Em seguida será feita a apresentação da empresa encarregada da elaboração do Estudo de impacto ambiental, a empresa que avaliou o estudo, que realizou o estudo, que vai verificar, identificar e explicar para nós, quais são os impactos positivos e negativos que foram encontrados, que vão ser verificados durante a execução do projeto. Depois teremos a apresentação da FEEMA, que estará coordenada, que montou um grupo de trabalho para avaliação desse estudo. Então, a FEEMA fará uma apresentação do relatório preliminar que ela está elaborando. Finalmente nós teremos a palavra do Secretário de Meio Ambiente de Magé, que solicitou a Audiência Pública. Enquanto isso, nós faremos um breve intervalo para um coffee Break, e depois então, passaremos para a parte de perguntas. Durante a apresentação, as recepcionistas estarão com um formulário de perguntas, que os senhores poderão já ir anotando, e elas estarão recolhendo essas perguntas, de tal maneira que a gente possa então, já ir nos preparando para a segunda parte da Audiência Pública, que é a parte realmente dos debates, a parte das perguntas. Então, todos os senhores terão oportunidade de fazer perguntas por escrito, tem um formulário próprio para isso. Bom, feito isso então, essas palavras iniciais, passarei a palavra ao representante da Petrobras, que é o Sr. Paulo Montes, que irá fazer então a apresentação do projeto.

**PAULO MONTES** – Boa noite, meu nome é Paulo Montes, eu sou responsável pelo empreendimento que vai implementar esse duto. Eu vim hoje aqui fazer uma apresentação sobre a execução da obra. Primeiramente a gente vai discorrer um pouco aqui sobre o conceito de energia e o objetivo da obra, porque ela está sendo feita. Energia é um insumo fundamental para o desenvolvimento econômico e social das nações, permite a transformação dos materiais e a produção de bens e serviços, que asseguram a subsistência e o conforto dos seres humanos. Vários tipos de energia disponíveis no Brasil, álcool, energia solar, gás natural, petróleo e derivados, energia eólica e biodiesel, mais especificamente aqui a gente está tratando de gás natural. Esse gasoduto ora proposto é para transferência, transporte de gás do norte do Estado do Rio de Janeiro, da região de Macaé até o Município de Duque de Caxias. O que é um gás natural? Gás natural é um combustível encontrado na natureza, associado ou não ao petróleo. É formado a partir do calor e da pressão, que transformou o material orgânico depositado a milhões de anos no fundo de antigos mares e lagos em óleo e gás. Logo, esse gás natural é explorado na bacia de campos, também é explorado na bacia do

Espírito Santo, e a produção dele, com esse gasoduto a gente pretende trazer para o Município de Duque de Caxias. As vantagens do gás natural. Vantagens econômicas, geração de energia elétrica junto aos centros de consumo, aumento da criação e da competitividade das indústrias, aumento da oferta de emprego, diversificação da matriz energética. Essa palavra matriz energética, quer dizer tudo aquilo que a gente consome de energia, desde carvão, lenha, energia elétrica, gasolina e qualquer outro tipo de energia. Vantagens ambientais. Queima mais limpa, com menor emissão de gases, uso em veículos automotivos, diminuindo a poluição urbana, rápida dispersão no ar em caso de vazamento. A gente tem o uso bem acentuado em algumas termoeletricas, inclusive aqui perto, no Município de Duque de Caxias existe uma, indústrias, nas residências, nos comércios e o gás veicular também. Aonde se insere essa obra? No Plano de Aceleração do Crescimento. Plano de Aceleração do Crescimento é um programa do Governo Federal para estimular o crescimento econômico do país. Vocês devem ter ouvido falar dele já pelos jornais e televisão. O item infra-estrutura energética corresponde a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis. Entre outras medidas, o programa prevê a construção de 4.526 km de novos gasodutos e novas plataformas de petróleo, desses 4.526, esse duto que a gente está propondo agora, o Gascab 3, ele tem aproximadamente 880 km. Contempla também a ampliação da infra-estrutura de transporte de gás natural liquefeito – GNL, e a ampliação da frota de navios petroleiros. O Plano da Antecipação da Produção de Gás, o Plangás, que é o nome genérico que ele tem, engloba a construção de gasodutos e outras instalações, para aumentar a oferta de gás natural nas regiões sul e sudeste. Aqui a gente tem um pequeno mapinha do que está sendo considerado. No caso aqui, o gasoduto que a gente está falando, está entre o terminal em Macaé e aqui a região da Reduc em Duque de Caxias. Tem várias plataformas envolvidas nesse projeto e vários outros dutos. O objetivo é a gente aumentar a produção de gás natural disponível para consumo no Brasil. Está aqui sinalizada a região onde vai ser a construção desse gasoduto. O Gasduc 3, o Gasoduto Cabiúnas-Reduc 3 é uma das obras do Plangás, interligando a outros gasodutos. Permitira transportar gás natural proveniente da bacia de Campos e dos campos de produção do Espírito Santo, para a estação de compressão de Campos Elíseos em Duque de Caxias. Poderá também ser utilizado para transportar gás no sentido Campos Elíseos-Cabiúnas, e abastecer principalmente as usinas termoeletricas de Macaé-Merchant e Norte Fluminense em Macaé. Cabe ressaltar também que não é o primeiro

gasoduto que já existe nessa faixa, hoje já opera um gasoduto desta faixa com o mesmo produto. O diâmetro dele será 38 polegadas, vazão de 40 milhões de m<sup>3</sup>/dia, só para ter uma idéia, isso equivale a 2,5 milhões de botijões de gás de 13 kg por dia, então é muito gás. Investimento total com a linha tronco e estação de compressão, 738 milhões de reais. Mão-de-obra, geração de aproximadamente 1.600 empregos diretos. Cronograma de execução, 13 meses após a emissão da Licença de Instalação. Sentido bidirecional, Cabiúnas-estação de compressão de Campos Elíseos-Cabiúnas, ele tanto pode levar gás de Caxias para Macaé ou vice-versa. Aqui a gente tem um pequeno mapa mostrando os municípios atravessados. Então, ele começa por Macaé, passa por Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, passa em Cachoeiro de Macacú, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias. Atualmente a gente tem um ponto de entrega de gás para consumo local em Casimiro de Abreu e um em Guapimirim, e além disso, esse túnel tem assinalado aqui, esse duto tem assinalado aqui um túnel, que será construído na região de Cachoeiro de Macacú, para facilitar a execução da obra. Principais travessias de rios, ele atravessa o rio Macaé, o canal Virgem Santa, rio São João, rio Guapiaçú, rio Magé, rio Suruí e rio Estrela. Demais instalações, construção e montagem de 11 válvulas intermediárias de bloqueio automático e mais uma em cada extremidade, duas áreas de lançamento e recebimento de Pig's e interligação a dois pontos de entrega de gás já existente. Obras especiais, construção de um túnel de 3,7 km para transposição da Serra dos Gaviões em Cachoeiro de Macacu. Instalação de fibra ótica e de sistema de monitoramento e controle de operação de duto. Aqui a gente tem um panorama da fase atual que a gente está do licenciamento ambiental. A gente está fazendo aqui, a parte aqui que fala da Audiência Pública, depois dessa etapa tem a finalização do Projeto Básico, Projeto Básico Ambiental, Licença Prévia, Licença de Instalação, e só aí que entra na fase de construção e montagem. Aqui tem as fases, o aerolevante já foi realizado, avaliação sócio-ambiental já foi realizada, cadastramento físico e jurídico da servidão de passagem, a faixa por onde o duto vai ser construído, já foi realizado, projeto básico do duto, Estudo de Impacto Ambiental também, hoje a gente está aqui na Audiência Pública, em seguida a gente vai passar para negociação e aquisição de áreas, Licença Prévia, Licença de Instalação, autorização de construção, construção e montagem, Licença de Operação, autorização de operação. Etapas de construção e montagem. Aqui a gente mostra um pouquinho de como é construído um duto, para vocês terem a idéia do que vai acontecer dentro do município de vocês. Começa com a topografia, demarcando por onde vai passar o duto, abertura de pista, nesse caso, dois

terços da faixa é comum à existente, então já existe uma faixa lá, já existem dutos instalados, então já é uma coisa mais fácil, a gente não vai ter que abrir uma servidão nova. Um terço do comprimento dele vai passar por uma faixa nova. Então vamos lá, abertura de pista, onde as máquinas abrem o caminho para se enterrar a tubulação, desfile de tubos, a gente desfila os tubos ao longo da servidão de passagem, depois o processo da soldagem dos tubos, inspeciona todas as juntas depois de soldadas, para ter certeza de que elas estão com a integridade perfeita, que elas estão em perfeito estado, reveste a junta para efeito de proteção catódica, para que a corrosão não ataque o tubo, abre uma vala para enterrar o duto, abaixa o duto dentro da vala, cobre essa vala com a terra que a gente escavou. Depois dessa etapa a gente testa hidrosticamente o duto com água, e essa água então é descartada finalmente após a utilização. O teste hidrostático, ele é testado nas pressões preconizadas nas normas técnicas que regulam esse tipo de instalação. Depois a gente recompõe a pista por onde foi construído o duto, para que a drenagem superficial do terreno seja refeita e que não ocorram erosões. Sinaliza por onde passa o duto, com marcos sinalizadores, tanto marcos nas laterais de faixa, tanto placas informando que ali tem um duto enterrado. Agora eu vou falar sobre algumas obras especiais que serão feitas na construção. Quando a gente cruza algum caminho asfaltado ou não, a gente concretiza o tubo, para que ele tenha uma melhor proteção mecânica nessa região, depois cobre o tubo, coloca mais uma placa de concreto para proteger o tubo, termina aqui de cobrir mais um pouco com terra, coloca uma faixa amarela informando que tem um gasoduto abaixo e depois recompõe a estrada originalmente. Outra obra que a gente vai fazer aqui especial, é a transposição da Serra dos Gaviões, de maneira a minimizar impactos, e até porque a faixa antiga já está totalmente ocupada, a gente vai fazer um túnel numa cadeia de montanhas aqui, conhecida como Serra dos Gaviões, para passar com a tubulação dentro dela. Aqui é uma área onde a gente vai entrar com a tubulação, aqui é a área onde vai sair com a tubulação. E aqui tem um perfil da montanha, ao invés de a gente fazer esse caminho todo por cima da montanha, a gente vai passar por debaixo dela. Aqui tem algumas fases aqui de como se constrói um túnel, vem primeiro o topógrafo e marca onde vão ser feitas as detonações, o túnel é aberto com dinamite, uma máquina fura os pontos onde vai ser colocada a dinamite, aqui mostra a máquina trabalhando, ela faz diversos furos na rocha, depois que esses furos são feitos, operários inserem a dinamite dentro dos furos, e aí vem a hora da explosão, tem uma explosão, essa explosão evidentemente é controlada, e aí depois que a poeira sentou, as máquinas entram dentro do túnel,

recolhem os detritos e em seguida é feita uma limpeza em volta das paredes do túnel, e também é projetado um concreto com pequenos pedacinhos de arame, e esse concreto então vai cimentando a parede do túnel. Depois disso, dependendo do tipo da rocha, é colocado alguns parafusos que aparafusam a rocha e algumas placas, na rocha, de madeira, para manter ela no lugar. Essa técnica de se construir túnel é uma técnica bem tradicional, sem nenhuma novidade tecnológica, existem vários túneis no Rio de Janeiro que foram construídos com essa técnica. Aqui eu vou falar um pouco de supervisão e controle de operação. O duto, quando estiver pronto, ele vai ser supervisionado e controlado 24 horas por dia. As válvulas, elas tem atuação automática, e tem casas, como essa, que fazem a ligação, por um sistema de comunicação, da automação dos sistema de válvula local. Então, o operador de uma casa de controle remota consegue operar a válvula, abrir e fechar, e saber o que é que está acontecendo naquele ponto do duto. O duto também, ele sofre toda uma inspeção regulamente, para verificar a integridade dele, se ocorreu alguma corrosão, algum amassamento, se ele tem algum problema, e se houver algum problema durante a sua vida útil, ele é reparado e consertado, essas inspeções são periódicas. Tem também o trabalho de limpeza e manutenção de faixa, para evitar corrosões que possam vir a ocorrer, a gente está sempre atento a isso, e tem uma pessoa da Petrobras que comumente caminha pela faixa, a gente chama de andarilho, ele sempre, com uma certa freqüência ele vem a pé e caminha por toda a faixa, para verificar se tem algum lugar com algum problema de erosão. A Central de Supervisão e Controle, ela recebe mensagens ou via satélite, ou também por fibra ótica, nesse caso aqui, esse duto terá os dois sistemas de comunicação, caso um falhe, o outro pode entrar em funcionamento imediato. Aqui é a foto de uma sala de supervisão e controle, onde aparece aqui o sistema de transporte e os operadores, que ficam 24 horas por dia monitorando se está tudo bem. Caso ocorra algum vazamento, o sistema é todo computadorizado, de maneira que ele detecta a falta de algum gás, o gás que entra tem que ser igual ao gás que sai, se faltar alguma coisa, ele alarma, então a gente tem condição imediata de saber quanto vazou, aonde vazou e tomar as providências cabíveis para estancar esse vazamento. E lembro mais uma vez, que no caso de um vazamento, por se tratar de metano, esse gás sobe na atmosfera, ele não se dispersa pelo chão. Então, a informação segue direto para o Centro de Controle Operacional. Aqui alguma coisa sobre responsabilidade social. E a gente vai entrar agora num filminho.

## EXIBIÇÃO DE FILME

*“Para ampliar a oferta de gás natural à população brasileira e às empresas instaladas no país, a Petrobras está construindo uma série de novos dutos. Essas obras provocam mudanças no dia-a-dia dos moradores, como por exemplo, o aumento do tráfego de veículos nas estradas e acessos, para transporte de máquinas, pessoal e equipamentos. Mas também geram novos postos de trabalho. A Petrobras desenvolve uma série de programas voltados para os trabalhadores e para as comunidades localizadas próximas às frentes de trabalho, e reafirma constantemente o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a busca da melhoria das condições de vida da população brasileira. Além de incentivar as empresas contratadas a privilegiar a mão-de-obra local, a engenharia da Petrobras realiza o Programa de Desenvolvimento de Mão-de-Obra, com foco em elevação de escolaridade, capacitação e certificação de trabalhadores. Pensando na segurança dos trabalhadores e comunidades, a engenharia criou o Programa Direção Legal, através dele motoristas recebem informações sobre segurança no trânsito, cidadania e meio-ambiente e aprendem a evitar acidentes, protegendo a integridade física das pessoas, sejam elas passageiros dos veículos ou pedestres. Voltado para o público infantil, o Criança Esperta Não Entra pelo Cano, conscientiza as crianças sobre os riscos de brincar na área da obra, além de mantê-las afastadas dos equipamentos e das valas abertas. No Programa de Educação Ambiental são realizadas oficinas de pintura e colagem, teatro e apresentações de mágica e de palhaços, que de uma maneira leve e bem humorada, ensinam as crianças como cuidar do meio ambiente de sua própria segurança. A importância de reciclar o lixo e cuidar da boa saúde do corpo, também fazem parte do programa. Para o público adulto são realizadas oficinas e palestras de interesse da comunidade. A Petrobras incentiva que as empresas contratadas realizem atividades de arte e educação, e em caso de populações indígenas e quilombolas, são realizados programas de educação ambiental voltados para o resgate cultural dessas comunidades. O Programa de Salvamento de Fauna e Flora, resgata espécies encontradas durante as obras, remanejando-as para áreas adjacentes ao duto. Para identificar e preservar sítios e achados arqueológicos, a Petrobras desenvolve Programa de Salvamento do Patrimônio Arqueológico, e interage junto aos municípios para implementar o Programa de Educação Patrimonial nas escolas. Estas ações representam o compromisso social e ambiental que fazem da Petrobras a sexta maior empresa de petróleo no mundo.”*

**PAULO PONTES** – Obrigado pela atenção, vou passar agora a palavra ao Presidente da mesa.

**LUIZ HECKMAIER** – Obrigado seu Paulo pela apresentação. Antes de passar a palavra para o segundo apresentador do Estudo de Impacto. Eu gostaria de solicitar a todos que não esqueçam de assinar o livro de presença, que encontra-se ali a nossa esquerda, e também avisar que ali também a esquerda encontra-se também um exemplar do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental, para todos aqueles que quiserem tirar alguma dúvida, fazer alguma consulta, o material encontra-se ali disponível também. Gostaria de perguntar mais uma vez se, se encontra presente algum representante do Ministério Público Estadual, ou representante do Ministério Público Federal, ou algum representante do GAT, que é o Grupo de Apoio Técnico do Ministério Público. Alguma dessas pessoas se encontra presente? Não? Ok. Eu gostaria então, de registrar a presença do Vereador Carlos Edmundo da Silva, também presente a nossa audiência, e do Vereador Eduardo Silva, que é o Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Magé, também gostaria de convidar para fazer parte aqui da mesa. Vereador Eduardo Silva. Ok, seguindo então, vamos passar a palavra para, mais algum representante do Poder Público Municipal presente a nossa reunião, a nossa audiência? Por favor queira se identificar. Algum representante da Câmara dos Vereadores, mais algum? Do Poder Executivo? Por favor, faça parte da nossa mesa. Ok, obrigado então, então vamos passar a palavra ao Sr. Roberto Simões, representantes da Biodinâmica Engenharia e Meio Ambiente, que foi a empresa responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, que vai nos falar sobre os impactos dessa obra. Por favor, um microfone para o Sr. Roberto Simões, por favor.

**ROBERTO SIMÕES** – Boa noite, meu nome é Roberto Simões, eu sou Biólogo, trabalho na Biodinâmica, empresa de consultoria de meio ambiente, que foi contratada pela Petrobras para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ambiental do Gasduc 3. A minha apresentação tem aproximadamente 25 a 30 minutos. Eu vou mostrar para vocês como que a gente fez esse estudo e os principais resultados encontrados. Bom, a equipe da Biodinâmica foi composta por 42 profissionais, alguns deles estão aqui hoje, para algum possível questionamento ou na ajuda aqui na audiência, e esses profissionais foram compostos por 16 diferentes especialidades, que incluem os engenheiros civis, florestais, elétricos, biólogos,

agrônomos, economistas, meteorologistas, jornalistas, um grupo bem grande de especialistas. Bom, o Estudo de Impacto Ambiental foi elaborado, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, que é apresentado hoje, foi elaborado com base na instrução técnica DECON 12 de 2007, emitida pela FEEMA, que é um documento que, quando a Petrobras, quando o empreendedor solicita a licença ao órgão licenciador, que é a FEEMA, a FEEMA elabora um documento, que nesse documento mostra item a item, tudo o que deve constar no Estudo de Impacto Ambiental, e no caso, a Biodinâmica que elaborou esse Estudo de Impacto Ambiental, teve que seguir e incluir todos esses itens solicitados pelo órgão licenciador. E também ressalto que esse Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental, obedeceu a toda legislação ambiental brasileira, tanto a legislação municipal, estadual e federal, e regulamenta a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental, e aqui eu dou um destaque a Resolução CONAMA 1 e a Diretriz da FEEMA DZ041 R13. Bom, como o representante da Petrobras, Paulo, já falou anteriormente, o Gasduc 3 vai interligar o terminal de Cabiúnas, que é o TCAB, é uma instalação que já existe hoje, está em funcionamento, então, o gasoduto vai ligar o TCAB a estação de compressão de Campos Elíseos, que é uma estação nova, que será construída, que também faz parte do processo de licenciamento, desse processo de licenciamento, a estação de compressão de Campos Elíseos. E esse duto vai transferir o gás da bacia de Campos, Espírito Santo, aos consumidores do Rio de Janeiro, e também vai suprir o duto que já recebeu a Licença de Instalação da FEEMA, é o Japeri-Reduc. E também, como o Paulo falou anteriormente, é um duto que é bidirecional, a qualquer momento, dependendo da situação ele pode transferir gás da região da Reduc até a região de Macaé na TCAB. Bom, foram estudadas três alternativas de traçado, como diz a legislação ambiental, e todas as três alternativas de traçado atravessam os mesmos municípios. Então, aqui nós temos a alternativa 1, que é essa preta, a alternativa 2, aqui a vermelha, a alternativa 3, a verde, e os estudos ambientais indicaram que a alternativa mais viável foi a alternativa 1. Eu dou aqui um destaque, vou passar a alternativa 1 para vocês. E um fato muito importante para ser falado hoje, para vocês lembrarem durante a apresentação, é que para instalação do Gasduc 3, ele vai compartilhar faixa com outros dutos. Então, em alguns momentos o Gasduc 3, que é esse duto que a gente está falando hoje, ele vai ser instalado numa mesma faixa de dutos que já existe. Olha aqui o exemplo, olha desde a saída lá de Macaé até aqui em Casimiro de Abreu, esse duto vai ser instalado em faixa existente, em alguns momentos será necessária a ampliação dessa faixa, porque em

alguns trechos o duto não cabe na faixa já existente, em alguns momentos cabe e em outros não. Em alguns momentos haverá necessidade de aumentar essa faixa para instalar o novo duto. E em outros trechos haverá necessidade de abertura de uma faixa nova, aonde não existem dutos, por alguma dificuldade construtiva ou por algum critério estabelecido, o Gasduc 3 será instalado em faixa nova. Próxima, por favor. Então aqui, já em Silva Jardim, em grande maioria já em faixa existente, e pequenos trechos em faixa nova, já em Cachoeiras de Macacú, uma grande região aqui de faixa nova, depois ele volta intercalando trechos de faixa existente e de faixa nova. Próximo, por favor. E aqui em Guapimirim, de Guapimirim para frente, em Duque de Caxias, o Gasduc 3 intercala áreas de faixa existente com faixa nova. Próximo. Bom, as principais interferências estudadas para a escolha da alternativa, essa alternativa 1, foram as áreas alagadas, os corpos hídricos, as Unidades de Conservação, os fragmentos florestais e as áreas urbanas. E nessa alternativa 1, que foi a alternativa escolhida, aproximadamente 70% da faixa de todo o duto, ele vai ser implantado em faixa existente, 70%. Bom, então aqui a gente representa os municípios que são atravessados, ele parte do TCAB em Macaé, atravessa partes de Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, aqui em Cachoeiras de Macacu, aonde eu estou apontando, vai ser a região onde vai ser instalado um túnel para atravessar a Serra dos Gaviões, esse túnel tem aproximadamente 3,750 km, como o Paulo falou anteriormente, depois termina Cachoeiras de Macacu, ele entra em Guapimirim, aqui a região de Magé e depois um pequeno trecho em Duque de Caxias, até chegar em Campos Elíseos, na região da Reduca. Bom, vou mostrar para vocês agora, que para a gente fazer o diagnóstico ambiental, que é o estudo da região do empreendimento, aonde o empreendimento vai ser instalado, é necessário fazer uma, delimitar as áreas de estudo. Então, foram delimitadas três áreas de estudo, são chamadas áreas de influência. Nessas áreas, são as áreas aonde estão presentes impactos diretos, aí a área de influência direta, e aonde estão presentes impactos indiretos.

– Então, que áreas são essas? Então foi delimitada uma áreas de influência indireta, ou seja, onde estão os impactos indiretos dos meios físico e biótico, um corredor de 10 km de largura ao longo do Gasduc 3. Também foi delimitada uma área de influência direta do meio antrópico, que são os municípios atravessados pela faixa. Então, aqui estão os municípios atravessados, que a gente já falou bastante. O duto tem aproximadamente 180 km. E aqui, esse valor representa a quilometragem do duto dentro de cada um dos municípios. Então, em Macaé temos aproximadamente 24 km, Rio das Ostras quase 16 km, Casimiro de Abreu, 27, aqui, 35 em Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, 37,

Guapimirim mais ou menos 12 km, aqui em Magé mais ou menos 25 km, e Duque de Caxias, 2 km. Num total aproximadamente de 138 km. E também, temos áreas de influência direta, tanto no meio físico, biótico e antrópico, numa faixa de 800 metros ao longo do duto, 400 metros para cada lado. Essa área é a área mais próxima do local da obra, 400 metros para cada lado do duto, da faixa. Aonde a gente entende que estão presentes impactos diretos nesse empreendimento. Então, esse é o mapa de reconhecimento dessas áreas de influência, aqui, próximo, por favor, representa a área de influência indireta do meio antrópico, ou seja, no município alcançado pela área do duto e todos os outros municípios alcançados. Aqui temos, essa linha mais escura, preta, representa um impacto e essa faixa cinza representa o limite dessa faixa de 10 km, que representa a área de influência indireta dos meios físico e biótico. E essa faixa menor aqui, representa a área de influência direta dos meios físico, biótico e antrópico, aonde estão os impactos diretos do empreendimento, e é uma faixa de 200 metros ao longo do duto. Bom, o diagnóstico ambiental é um estudo realizado para saber como o ambiente está hoje, antes da implantação do duto. E para o meio físico, aqueles especialistas, que a gente viu lá no início, estudaram o clima da região, o relevo, os recursos minerais, os solos, susceptibilidade de erosão, aptidão agrícola das terras, geotecnia e recursos hídricos. E foi constatado que grande parte da região onde será implantado o empreendimento, ele é numa região com relevo muito plano em sua área, como esse aqui da fotografia apresentada, mas existem outras áreas aonde o relevo é mais acentuado, e são áreas que tem uma maior susceptibilidade de erosão. Essa aqui é a Serra dos Gaviões, está em Cachoeiras de Macacu, e esse é o local provável do emboque do túnel, e já aqui do outro lado da serra, o local provável do desemboque do túnel. Essa faixa aqui existente é uma linha de transmissão que atravessa aqui a região da Serra dos Gaviões. Para o meio biótico foram estudadas a vegetação que existe hoje na região, a fauna e as Unidades de Conservação. Bom, foi elaborado um mapa, como esse apresentado aqui, todos esses mapas que nós estamos mostrando aqui estão presentes no Estudo de Impacto Ambiental. O Estudo de Impacto Ambiental está aqui para a consulta de todos. Então, foram mapeadas as áreas de pastagem, em amarelo, as áreas de floresta, em verde, as áreas de lavoura, as áreas urbanas, todos os usos do solo foram mapeados. E se chegou a conclusão de que aproximadamente 70% da área de influência direta do empreendimento, é uma área que hoje é composta por pastagens e lavouras. Então, mais da metade da área por onde vai passar o duto, hoje é composta por áreas de pastagens e lavouras. Mas também existem áreas de floresta, 17%, também

existem áreas de brejo, mangues, aqui aproximadamente 6%, e também existem áreas urbanas e industriais. Bom, a faixa por onde deverá passar o duto, ela é composta, a área dela é de aproximadamente 500 hectares. Como eu falei no slide anterior, parte dessa faixa é composta principalmente por áreas de pastagem e lavoura, mas também existem florestas e mangues, então, para o duto ser instalado aonde existem essas florestas, essas florestas deverão ser retiradas, suprimidas para a instalação e operação desse duto. E a quantidade dessas florestas foi mapeada, estudada, então, dos 500 hectares de faixa, aproximadamente 60 hectares hoje estão cobertos por vegetação, que deverá ser suprimida para a instalação do duto, e desses 60 hectares de vegetação, aproximadamente 100 hectares, 100 hectares e meio estão em áreas de APP, que são Áreas de Preservação Permanente, que são áreas protegidas pela legislação ambiental brasileira. O que são essas áreas? São áreas de preservação que estão no entorno de rios, lagoas e áreas de manguezal. Aqui em Magé deverá ter a supressão de vegetação para instalação do Gasduc 3, de aproximadamente 22 hectares, sendo que desses 22 hectares, aproximadamente 4,5 são em Áreas de Preservação Permanente. Aqui no caso de Magé, são áreas de vegetação no entorno de rios e algumas áreas de manguezal. Em Duque de Caxias haverá supressão de vegetação de aproximadamente 0,6 hectares, e aí temos as áreas de supressão em todos os municípios. Próximo, por favor. Bom, algumas Unidades de Conservação serão atravessadas pelo duto na fase de instalação, que são cinco, no caso, cinco APAs. Tem a APA da Estrela, que é aqui em Magé, que será aproximadamente 600 metros, temos também a APA Suruí, aqui em Magé, sendo atravessada aproximadamente 15 km, temos também a APA Guapi-Guapiaçu, aí já é Guapimirim, será atravessada em aproximadamente 12 km, temos também a APA da Bacia de Macacu, que está presente nos municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, será atravessada aproximadamente em 21 km, e temos a APA da Bacia do Rio São João, que é atravessada em aproximadamente 68 km, e essa APA está presente em Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Rio das Ostras, Silva Jardim, Rio Bonito, Araruama e Guapimirim. Próximo. Mas existem outras Unidades de Conservação presentes no entorno do duto, mas que não serão atravessadas, no total, tirando aquelas cinco que eu já apresentei anteriormente, temos 40 Unidades de Conservação que estão no entorno do Gasduc 3. E aqui nós temos duas estações ecológicas, uma áreas de relevante interesse ecológico, oito parques e etc. Todas essas Unidades de conservação estão mapeadas e descritas no Estudo de Impacto Ambiental e o resumos dessas está no Relatório de Impacto Ambiental, que é aquele que todos nós podemos ter acesso e está

disponibilizado. Próximo. Para o diagnóstico ambiental do meio antrópico, foi diagnosticada aqui a região do empreendimento, sua população, estrutura produtiva, equipamentos urbanos elementares, apreciação da população, as comunidades indígenas e quilombolas, histórico de ocupação, material cultural arqueológico e uma caracterização mais detalhada da área de influência direta, que são os 400 metros para cada lado do duto, essa faixa aqui de 800 metros, onde estão presentes os impactos diretos do empreendimento. Próximo. Então, aqui eu vou mostrar três transparências, essa e mais duas, mostrando os principais aglomerados urbanos atravessados ao longo de todo duto. Então, temos aqui na região de Macaé, aonde o duto estudado, ele passa aqui bem perto de bairros, aqui o Planalto da Ajuda, Condomínio Cidadão, lá em Macaé. O estudo dessa região, é importante falar que o estudo de análise de riscos, ele foi elaborado por uma outra empresa, que foi a ITSEMAP, sugeriu uma mudança nesse traçado, para diminuir os riscos aqui da população, e sugeriu que o duto, ele não atravessasse pelo meio desses bairros. Então, essa sugestão foi acatada pela FEEMA e essa mudança, no caso do empreendimento ser aprovado, a mudança será efetuada. Próximo. Aqui em Magé, o duto é essa linha vermelha, essa linha cinza é a área de 800 metros, 400 m para um lado e 400 metros para o outro. Então, mostra a inserção das UNPs aqui nas comunidades, e aqui mostra, essa faixa aqui mais clara, aqui olha, tá vendo, ela é uma área de faixa existente e aqui mostrando que o Gasduc 3 vai ser instalado em faixa nova. E aqui já a região do final, aqui é a região de Campos Elíseos, aqui é o Rio Estrela, aqui o Município de Macaé, de Duque de Caxias, aqui a região do Jardim Ana Clara, e aqui nessa região será instalada a ECOMP de Campos Elíseos. Próxima. Bom, então agora eu apresentar para vocês os principais impactos, tanto os impactos positivos e os impactos negativos que o empreendimento deverá ocasionar, tanto na fase de construção quanto na fase de operação. Então, foram diagnosticados impactos, identificados e avaliados impactos tanto do meio físico, do meio biótico e do meio antrópico. Eu já vou falar um a um cada impacto desse. Próximo. Bom, o principal impacto identificado foi a alteração na rede de drenagem, esse é um impacto negativo, temporário e significativo, e ele é ocasionado principalmente pela abertura de faixa. Então, todos esses impactos, lá no Estudo de Impacto Ambiental tem onde esse impacto ocorre, porque ele ocorre, aonde ele ocorre, e as medidas recomendadas para diminuir os impactos negativos e aumentar os impactos positivos. Então, nos próximos slides a estrutura vai ser como essa, o nome do impacto aqui em cima e algumas características de impacto, as medidas recomendadas e os programas associados. Então, foram

recomendadas algumas medidas para minimizar esse impacto negativo, que foram elas: a elaboração de um plano detalhado das travessias, a garantia da não ocorrência de erosão durante essas travessias e a garantia do escoamento superficial normal durante aqui as travessias. Então, nós temos programas associados, o Plano Ambiental para Construção e o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, já o próximo impacto, alteração na paisagem, ele é ocasionado pela abertura de faixa e novos acessos. Então, aqui um exemplo da alteração da paisagem. Então, esse é um impacto negativo, permanente e pouco significativo. Lembrando que como esse é um impacto, como o duto muitas vezes vai entrar em faixa existente, esse impacto só vai acontecer, no caso do Gasduc 3, em novas áreas, abertura de faixa, onde ele está em faixa existente, ele não vai acontecer. Então, como medida recomendada, as medidas recomendadas foram: a utilização o máximo possível dos acessos existentes da faixa, recomposição da faixa de servidão e evitar o máximo possível a travessia em áreas florestadas e aglomerados urbanos. E o programa associado é o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas. O próximo impacto é o impacto de início ou aceleração de processos erosivos, e ele acontece principalmente quando acontece a supressão de vegetação e travessia de cursos d'água. E como medidas recomendadas temos: a regularização da faixa, da drenagem na faixa, implementação de revestimento vegetal nas rampas, para não haver aqui processos erosivos, e a execução, tentar evitar a execução de obras na estação chuvosa. Então, temos como programas associados, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e o Programa de Controle de Processos Erosivos. Próximo. São dezesseis impactos tá gente, a gente já está no quatro. Então, o próximo impacto é interferência com áreas de autorizações e concessões minerárias, esse também é um impacto que só deverá acontecer em áreas de abertura de faixa nova e ele é ocasionado pela inviabilização da atividade minerária nessas áreas de faixa nova. Então, como medidas recomendadas temos: o conhecimento detalhado dessas áreas de extração de algum bem mineral, a avaliação desses processos de concessão minerária, e o cadastramento do gasoduto Gasduc 3 junto ao DNPM, que é o órgão que regulamenta a questão minerária no Brasil. E como programas associados temos o Programa de Gestão de Interferência com as Atividades de Mineração. O quinto impacto é o impacto no meio biótico, que é a perda de ambientes naturais, que é ocasionado pela supressão de vegetação, aqui é um exemplo, supressão de vegetação para o cruzamento de um duto, e ampliação do efeito de borda. É um impacto negativo, permanente e pouco significativo, e as principais medidas recomendadas pela Biodinâmica para a Petrobras foram: priorizar o máximo

possível de acessos existentes de faixa, para não abrir novos acessos, e limitar a supressão de vegetação ao mínimo necessário. Como programas associados temos: o Programa de Monitoramento da Flora e da Fauna e o Programa de Supressão de Vegetação. O próximo impacto, também um impacto sobre o meio biótico, que é a pressão sobre a biota. É um impacto negativo, permanente e pouco significativo, e ele é causado pela supressão de vegetação e o movimento das máquinas aqui na faixa junto as áreas de vegetação. A medida recomendada principal é a orientação dos trabalhadores da obra, por meio de um Código de Conduta, treinando esse trabalhador e explicando para ele a proibição de caça nessas áreas aqui perto. E como programas associados temos: o Programa de Monitoramento da Fauna e da Flora, o Programa de Supressão de Vegetação e o Programa de Educação Ambiental. O próximo impacto é um impacto já do meio antrópico, que é um impacto positivo, temporário e pouco significativo, que é impacto dinamização da economia local, que é o impacto causado pelo aumento de circulação de pessoas, essas pessoas efetuando gastos, compras por causa do envolvimento com a obra, e arrecadando, fazendo com que os municípios tenham uma maior arrecadação de impostos. A medida recomendada para otimizar esse impacto positivo é fazer com que haja a contratação, privilegiar a contratação de pessoal local e serviços locais, dos municípios por onde o Gasduc atravessa. E como programa associado temos o Programa de Comunicação Social. O próximo impacto é geração de expectativas na população, é um impacto negativo, temporário e significativo. E ele é causado por dúvidas da população com relação ao empreendimento e também dúvidas da população em relação a possibilidade de empregos. Então, como medidas recomendadas temos: a priorização da contratação de mão-de-obra local e divulgar o empreendimento nas comunidades por onde o Gasduc atravessa. E o programa associado é o Programa de Comunicação Social. O próximo impacto é um impacto também negativo, temporário e significativo, chamado interferências no cotidiano da população, e ele é causado por possíveis transtornos aos moradores devido a obra. Então, como medidas recomendadas, como principal medida recomendada tem a comunicação com a população local, informando o passo a passo da obra, como será a obra e o que deverá acontecer. E também temos como programas associados, o Programa de Comunicação Social e o Programa de Educação Ambiental. O próximo impacto identificado foi, o aumento do tráfego de veículos, que é um impacto negativo, temporário e muito significativo, e ele é causado pelo aumento do número de veículos na região por causa das obras. E como medidas recomendadas, foram citadas: a

implementação das diretrizes do Plano Ambiental Para Construção, o planejamento dos transportes para evitar os horários de pico, para diminuir esse impacto, e também uma elaboração de alterações necessárias, junto a alguns órgãos, tanto a prefeitura municipal, quanto o DER, o DNIT, para fazer com que essas alterações sejam realizadas da melhor maneira possível. E como programa associado temos o Programa de Comunicação Social. Próximo, por favor. O próximo é o aumento da emissão de ruídos, que é um impacto negativo, temporário e significativo, ele é causado, como o nome já disse, pela emissão de ruídos e poeiras, decorrentes da própria obra. Então, como principais medidas recomendadas temos: também a garantia da implementação do Plano Ambiental de Construção, e planejar os horários de transporte de pessoal, materiais e equipamentos e o controle dos níveis de ruídos e poluentes atmosféricos causados pela obra. Os programas associados são: o Programa de Comunicação Social e o Plano Ambiental para Construção. Próximo impacto é a pressão sobre a infraestrutura de serviços essenciais, que é um impacto também negativo, e ele é causado pelo aumento da população de trabalhadores nos municípios por onde vai passar o empreendimento. Como medidas recomendadas temos: a implantação de infraestrutura para atender a esse grupo de trabalhadores, temos também a aplicação do Código de Condutas. E como programa associado, o Plano Ambiental para Construção. O próximo impacto é interferência com o uso e ocupação das terras, que é um impacto negativo também, e ele é causado pela restrição de uso na faixa de servidão. Esse impacto também só vai acontecer nas áreas aonde haverá o alargamento da faixa e nas áreas aonde deverá ser aberta uma faixa nova. Então, como medidas recomendadas temos: esclarecimento das novas condições de uso dessa faixa à população no entorno do duto, e suprimir o mínimo possível a vegetação de porte arbóreo para abertura dessa faixa. E o programa associado é o Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações. O próximo impacto é instituição e ampliação da faixa de servidão, que é um impacto negativo, temporário e muito significativo, e ele ocorre pela necessidade de indenização de alguns proprietários, pela necessidade de ampliação dessa faixa em alguns trechos, e também da abertura de uma faixa nova para implementação para instalação do Gasduc 3. Como medida recomendada temos o cadastramento dos imóveis e proprietários das famílias afetadas, e o acompanhamento da Petrobras em todas as ações para apoiar as famílias que forem indenizadas. E os programas associados são: o Programa de Estabelecimento de Faixa de Servidão Administrativa e o Programa de Comunicação Social. O próximo impacto é um impacto que também

acontece nas áreas de ampliação de faixa e de faixa nova, que é o impacto de interferência sobre o patrimônio arqueológico, histórico e cultural, que é um impacto negativo, permanente e significativo. As principais medidas recomendadas para minimizar esse impacto foram: uma pesquisa mais detalhada junto ao IPHAN, que é o órgão Federal que regulamenta a questão de patrimônio arqueológico e cultural e a realização de ações de monitoramento e resgate, no caso da abertura de faixa, achar algum material ou algum sítio arqueológico. E como programa associado temos o Programa de Prospecção Arqueológica. O próximo impacto é um impacto positivo, muito significativo, que é o aumento da disponibilidade de gás natural. E as medidas recomendadas para potencializar esse impacto positivo é, a divulgação dessa maior oferta de gás natural, principalmente às indústrias e promover campanhas para que as indústrias utilizem o gás natural como principal fonte de energia. E o programa associado é o Programa de Comunicação Social. Todos esses programas que eu falei, impacto por impacto, que também alguns foram apresentados na apresentação do empreendedor, na apresentação antes dessa, estão apresentados aqui, são todos esses programas, alguns desses programas já estão em andamento, já em contratação pela Petrobras. Então, aqui estão todos os programas, Programa de Educação Ambiental, Comunicação Social, Prospecção Arqueológica, todos os programas que foram apresentados para cada um desses impactos. Próximo. Bom, também foi realizado, agora já pela empresa ITSEMAP, uma outra empresa, é uma empresa especializada no estudo dos riscos do empreendimento, foi elaborado um Estudo de Análise de Riscos, que ele estuda os riscos que a população que vive no entorno desse duto, os riscos que essa população está exposta, devido a operação do empreendimento, isso depois da construção, quando o duto estiver em funcionamento, eles estudaram os riscos que a população que mora perto desse duto tem em relação ao empreendimento. E os resultados desse estudo foram comparados com os critérios que a FEEMA colocou na Instrução Técnica. Próxima. E o resultado desse estudo foi que, os riscos encontrados para o Gasduc 3, eles estão dentro dos níveis toleráveis. Então, são os níveis que são aceitos pela FEEMA para a operação de dutos. Próximo. Mas o Estudo de Análise de Riscos também propôs algumas medidas para minimizar esses riscos, que entre elas aqui, eu posso citar: implementação e manutenção ao longo da faixa, um procedimento de comunicação com as comunidades, para explicar quais são os riscos que essas comunidades tem em relação a operação do duto, outras medidas de segurança, divulgação de telefones de emergência, também temos a implementação do Plano de

Gerenciamento de Riscos, o Plano de Ação de Emergências e a manutenção do sistema de controle e monitoramento do gasoduto, que já foi apresentada, é aquele dos satélites, que monitora a operação do duto. Próximo. E a conclusão do Estudo de Impacto Ambiental foi que, esse é um empreendimento social e ambientalmente viável, desde que todos esses programas que foram apresentados sejam implementados, e também, as recomendações do Estudo de Análise de Riscos, também sejam implementadas. Próxima. E aqui termina a apresentação resumida do Estudo de Impacto Ambiental, do Relatório de Impacto Ambiental. Obrigado.

**ROBERTO SIMÕES** – Bom gente. Bom pessoal, eu queria retificar aqui uma informação, eu falei para vocês que a alternativa 1 foi a alternativa escolhida, mas na realidade, eu peço aqui desculpas, foi a alternativa 3 a escolhida, aonde foram estudados todos os impactos do empreendimento. E agora a Petrobras vai passar um filme, mostrando um sobrevôo virtual sobre a faixa, mostrando a região do empreendimento.

“EXIBIÇÃO DO FILME – SOBREVÔO”

**EDSON** – Boa noite a todos, meu nome é Edson, eu trabalho na Petrobras, no setor de Engenharia de Avaliação Ambiental. Eu vou mostrar rapidamente aqui para vocês, um filmezinho de mais ou menos dois minutos. As características ambientais da região que o traçado vai passar. Só para vocês terem noção aqui, aqui é a faixa que a gente está estudando, do Gasduc 3, em vermelho, aqui no quilômetro 97 mais ou menos, ele larga a faixa existente, que passa por aqui, esse encaminhamento aqui é o da faixa existente. Essa região aqui então é a faixa nova, aonde tem o túnel aqui na Serra dos Gaviões. Essa linha branca aqui é o limite municipal. E eu vou mostrar para vocês agora então, como que vai ser a transposição até lá, aqui a chegada, passando por Magé, chegando então na Reduc. Bom, saiu aqui então do Município de Silva Jardim, entrou em Cachoeiras de Macacu, está passando aqui em região de túnel, saiu da serra aqui dos Gaviões, já entrou aqui em Cachoeiras de Macacu, vilarejo de Papucaia, o rio Macacu está aqui embaixo. Esse limite aqui laranja é a APA do Rio Macacu, aqui dentro tudo é APA, o rio está aqui, a faixa então do gasoduto está passando do lado direito do rio. Região de pastagens, vocês podem ver. E aqui no quilômetro 126 ele encontra de novo a faixa existente. Então a faixa existente vem aqui. Então, a partir desse ponto ele segue junto com a faixa existente do Osduc 1 e 2. Está dentro da APA aqui do rio Macacu, em

faixa existente, sai da APA aqui, atravessando o Município de Cachoeiras de Macacu, entrando no município de Guapimirim e entra então, na APA do rio Guapi-Guapiaçu, isso daqui é a APA do rio Guapi-Guapiaçu em faixa existente também. Aqui é o fim da APA do rio Guapi-Guapiaçu, morro do Urubu. Então, saindo também aqui do Município de Guapimirim e já entrando no Município de Magé. Aqui está a sede de Magé, aqui é a rodovia BR-116, aqui na frente está Suruí, passa aqui então entre a 116 e a APA de Guapimirim, aqui o limite da APA de Guapimirim, região de Suruí, o rio Suruí, tudo em faixa existente. Aqui o Distrito de Mauá. Segue então aqui ainda em faixa existente. Aqui é o Jóquei Clube, o hipódromo. O rio Estrela. Saindo aqui do Município de Magé e entrando em Duque de Caxias, Jardim Ana Clara e chegando então na ECOMP de Campos Elíseos, aqui na Reduc. Obrigado.

**LUIZ HECKMAIER** – Bom, vamos passar então a palavra ao representante da FEEMA, Sr. José Alencar Sampaio, que vai fazer então as suas considerações preliminares sobre o parecer da FEEMA.

**JOSÉ ALENCAR** – Boa noite a todos. Eu vou apresentar a avaliação do EIA-RIMA do gasoduto Cabiúnas-Reduc, Gaduc 3, analisado pelo grupo de trabalho da FEEMA. Procurarei ser o mais breve possível, e este não é um parecer conclusivo. Vamos aguardar contribuições que possam surgir dessa audiência dentro do prazo estabelecido. Bom, esse histórico resumido das fases do processo até a convocação da Audiência Pública. No dia 15 de janeiro de 2007, foi dada entrada de requerimento de Licença Prévia na FEEMA. Dia 16/02, a Portaria FEEMA Presidência nº 2.177, que criava o grupo de trabalho para elaboração da Instrução Técnica. Dia 15/03/2007 foi emitida a notificação da FEEMA com a Instrução Técnica DECON nº 12/2007, recebida pela Petrobras em 22 de março de 2007. 31 de outubro de 2007 a FEEMA recebeu da Petrobras, do empreendedor, o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto do Meio Ambiente. Dia 8 de novembro de 2007, foi emitida a notificação da FEEMA com relação ao aceite do Estudo de Impacto. Dia 24 de janeiro de 2008, foi emitido um parecer preliminar de Licença Prévia da FEEMA, para que fosse encaminhado a CECA, para que essa deliberasse quanto a autorização e convocação de Audiência Pública, feita em 29 de janeiro de 2008, e publicada no Diário Oficial de 30 de janeiro de 2008. O objetivo da Licença Prévia requerida é avaliar a possibilidade de construção de um duto para transporte de gás natural, entre os municípios de Macaé e

Duque de Caxias. O Gasduc 3 partirá do termina de Cabiúnas, percorrendo uma extensão de aproximadamente 178,65 km até chegar na estação de compressão – ECOMP, de Campos Elíseos, Duque de Caxias. Atravessará oito municípios, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias. As principais características de projeto do Gasduc analisadas neste estudo, contam com a extensão já dita, de 178,65 km, diâmetro de 38 polegadas, pressão de 100 kgf/cm<sup>2</sup>, vazão máxima, m<sup>3</sup>/dia, 40 milhões, e a temperatura de transporte entre 0 e 55° C. No Estudo de Impacto Ambiental foram avaliadas três alternativas para o traçado do duto, cuja decisão de escolha considerou uma série de fatores, tais como extensão, aproveitamento de faixa de dutos já existente, vegetação nativa, intercessão com unidades de conservação da natureza e com áreas urbanas, e particularmente o risco para a população. Verificou-se que a alternativa 3 foi a que apresentou melhor viabilidade ambiental, sendo essa a escolhida para detalhamento do projeto do empreendimento. Passamos então a avaliação dos impactos para o meio físico, meio biótico e meio antrópico. Dos 178 km de extensão do futuro gasoduto, grandes trechos não contínuos estão em terras de forte susceptibilidade de erosão, risco geotécnico elevado e em terrenos de relevo plano, apresentando risco de baixada, uma vez que possui um elevado grau de saturação do solo. Existem diversos pontos de travessia de rios, em terrenos geotecnicamente instáveis e de alto risco, segundo as cartas geotécnicas e de erodibilidade. Ainda no meio físico, existem riscos associados ao corte de taludes em diversos trechos de encostas, principalmente nas áreas apresentadas como de grau de erodibilidade alto ou moderado. Há risco de ocupação do entorno da faixa por comunidades, o que pode afetar a qualidade dos solos e a estabilidade dos mesmos. As medidas mitigadoras importantes fixadas no estudo são: desmatamento das áreas da faixa deve ser o mínimo possível; devem ser observados todos os cuidados de projeto com a passagem dos dutos sobre rios e córregos; evitar a realização de cortes muito angulosos nos morros e encostas; e cabe as autoridades municipais evitar a ocupação no entorno da faixa de dutos, bem como a Petrobras, através de estudos geotécnicos, avaliar a distância mínima necessária para que as ocupações não causem danos ou provoquem efeitos nocivos aos mesmos. Com relação ao meio biótico e APPs. A faixa de servidão do gasoduto atravessará áreas de cobertura vegetal, com predominância de gramíneas, pastagens e fragmentos florestais. As áreas cobertas por vegetação em melhor estado de conservação serão pouco atingidas, e com isso não haverá perdas na variedade de espécies. Considera-se que a perda de ambientes

naturais, na área de influência direta, habitados pela fauna, será pouco significativa, não gerando grande impacto sobre o equilíbrio populacional da fauna existente. Cuidados especiais devem ser tomados durante a construção do gasoduto, na zona de amortecimento da Reserva Biológica de Poço das Antas, uma vez que esta abriga animais ameaçados de extinção, como o mico-leão-dourado e a preguiça de coleira. Os impactos negativos que por ventura decorrerem do empreendimento, não originarão situação tão grave de degradação ao meio ambiente, que os programas de recuperação e controle propostos no EIA não possam sanar. Quanto ao meio antrópico, a maior parte do gasoduto se desenvolverá ao longo de faixas existentes, no entanto, com as variantes e o aumento da largura da faixa ao longo de todo traçado, ocorrerão novas interferências, que poderão implicar na remoção de alguns imóveis. Causando impactos de grande importância. As intervenções sobre a população, de um modo geral serão de grande magnitude, apenas durante a obra, com os transtornos da movimentação de pessoas e equipamentos e o aumento do tráfego de veículos. Por outro lado, a instalação do Gasduc poderá contribuir positivamente com o aumento da oferta de postos de trabalho, absorvendo a mão-de-obra local não especializada. Medidas mitigadoras para o meio antrópico. Garantir a implantação de todas as diretrizes do Plano Ambiental para Construção, referentes ao aumento de tráfego de veículos; adotar medidas de controle de tráfego no entorno do empreendimento, de forma a prevenir acidentes e manter o fluxo de tráfego regular na região; e a implantação do Programa de Comunicação social, Educação Ambiental e de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico. Sobre os aspectos agora da poluição ambiental, ar, água, resíduo e ruído. Com relação as emissões atmosféricas na fase de instalação, as possíveis gerações de poluentes atmosféricos oriundos da terraplanagem e tráfego de veículos, não constituem aspecto ambiental relevante, considerando as características das fontes, bem como as medidas mitigadoras indicadas. E o fato de que tais fatores se restringem a fase de implantação do gasoduto e não são estáticas, se movimentando com as obras ao longo do traçado do empreendimento. Na fase de operação a poluição do ar inexistente rotineiramente, o sistema normalmente estanque e somente em situações muito esporádicas poderão ocorrer escapes de gás natural nas juntas e válvulas. Por ser o gás natural menos denso que o ar, o mesmo se dissipa na atmosfera no caso de vazamento. Por esse exemplo, de muitíssimo baixa frequência, poderá ser desconsiderado do ponto de vista de poluição. Com relação aos efluentes líquidos. Na fase de implantação observa-se esgotos sanitários e efluentes de refeitórios, provenientes dos canteiros de obra, tratados por

fossas sépticas e filtros anaeróbicos, e das frentes de trabalho dotadas de banheiros químicos, as águas de lavagem de veículos e equipamentos, provenientes da lavagem e lubrificação de veículos e máquinas, tratados por sistema separador de água e óleo. Na fase de operação do gasoduto não é esperada a geração de efluentes líquidos, durante a operação normal do mesmo. Resíduos. Na fase de instalação o empreendimento contará com o gerenciamento dos resíduos, adotando áreas de armazenamento em locais apropriados e protegidos das intempéries; classificação de resíduos segundo a NBR-2004 da ABNT; acondicionamento de acordo com a NBR 11.174 e também a classificação de resíduos da construção civil, de acordo com a Resolução CONAMA 307/02 e 348/04. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, será dada prioridade a reciclagem ou ao reuso e/ou a recuperação dos resíduos, quando possível. Os resíduos perigosos serão destinados para incineração, aterro industrial ou para co-processamento, segundo as normas específicas. As destinações serão executadas por empresas devidamente licenciadas para tal. A fase de operação. Não é esperada a geração de resíduos durante a operação normal do gasoduto, basicamente os únicos descartes possíveis durante a operação do duto, são os resíduos retirados ou pequenos volumes extravasados que ocorrem com o lançamento e recebimento de “pigs”, estes serão drenados para um tanque separador/acumulador e em seguida, encaminhados para re-processamento. Quanto ao aspecto ruído na fase de implantação. Durante a fase de implantação do gasoduto, as emissões sonoras estarão relacionadas ao conjunto de atividades no canteiro de obra, as quais destacamos: limpeza da diretriz da linha e sinalização; abertura e escavação de vala; desfile e soldagem de tubulação; assentamento de tubulação; reaterro de vala e restauração; limpeza de diretriz da linha, dentre outros. Algumas medidas mitigadoras durante a fase de implantação. As atividades mais ruidosas deverão ser programadas em períodos do dia e da semana menos sensíveis ao ruído, horários comerciais e dias úteis; os equipamentos deverão estar em boas condições de utilização, ou seja, com a manutenção e lubrificação em dia; verificar se os silenciadores dos motores dos veículos estão em bom estado; as fontes estacionárias mais ruidosas devem ser tratadas acusticamente e localizadas o mais longe possível das regiões sensíveis; a circulação dos caminhões transportando materiais e equipamentos deverá ser planejada, rota e horários, para produzir o mínimo de incomodo nas populações vizinhas; os canteiros de obras deverão ser instalados em lugares afastados das residências. Segundo o estudo apresentado, o duto será implantado a uma profundidade mínima de 1 m da superfície do solo, contribuindo para que a

emissão sonora final, proveniente da sua operação, para o exterior seja inaudível. Com relação a avaliação de risco. O traçado do duto passará, em sua maior extensão, por áreas rurais de menor densidade populacional, não apresentando risco para as pessoas. Entretanto, nas áreas mais próximas à refinaria Duque de Caxias, últimos 6 km do traçado, existe uma maior densidade populacional, acarretando maior risco para a população. O estudo de risco apresentado concluiu que as duas alternativas encontram-se dentro dos limites de tolerabilidade definidos pela FEEMA, assim, a escolha do melhor traçado levou em consideração os outros fatores preponderantes na tomada de decisão, contribuindo pela alternativa 3, por ser aquela que além de apresentar um risco tolerável, utiliza a maior parte do seu traçado em faixa de servidão já existente, dispondo de uma rede viária satisfatória, imputando em menor impacto para a população, menos problemas de ordem logística e menor risco na construção e instalação do gasoduto. As medidas preventivas e mitigadoras para o risco do empreendimento são: a utilização de placas de concreto sobre os dutos, para os trechos com a presença de ocupações significativas, identificadas e relacionadas no Estudo da Análise de Risco; implantar e manter planos de inspeção e manutenção preventiva; demarcar a faixa, sinalizar e identificar os equipamentos, linhas, válvulas e caixa de válvulas na faixa e nos terminais; implantar e manter procedimento de comunicação com as comunidades próximas à faixa dos dutos; implementar sistema de inspeção com periodicidade predeterminada, enfatizando as áreas com presença de população.

Conclusões finais. Do ponto de vista do aspecto relacionado aos meios físico, biótico e antrópico, com base nas análises apresentadas e considerando a significância dos impactos positivos e negativos, tanto para o meio ambiental natural, como para o meio socioeconômico, consideramos ambientalmente viável a implantação do Gasduc 3, desde que implementadas as medidas mitigadoras e os programas ambientais recomendados, que serão objeto de detalhamento, por ocasião da solicitação da Licença de Instalação. Do ponto de vista da poluição ambiental e geração de poluição do ar, água, resíduo e ruídos, a FEEMA entende que esses não tornam a implantação do Gasduc 3 um impacto significativo, visto que a temporalidade desses aspectos, e considerando ainda, que os mesmos terão adoção de medida de controle compatíveis com os procedimentos recomendados pela legislação vigente. Do ponto de vista do risco para a população, considerando a implantação das medidas sugeridas no Estudo da Análise de Risco, somado ao compromisso da elaboração do Programa de Gerenciamento de Risco e a implantação de um Plano de Ação de Emergência, os riscos

associados ao mesmo se enquadram nos critérios de tolerabilidade estabelecidos pela FEEMA. A LP sendo emitida, terá entre outras, as seguintes restrições para a fase de LI: deverão ser apresentados então, por ocasião do requerimento de Licença de Instalação, projeto de viabilidade técnica e conclusão sobre abertura de túnel em maciço rochoso; o detalhamento da geologia estrutural e da geotecnia na fase de instalação do projeto; detalhamento dos programas de supressão de vegetação e monitoramento da fauna e da flora no PDA; Programa de Monitoramento da Fauna e da Flora; Programa de Avaliação das moradias a serem removidas e suas compensações; Programa de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico; projeto de tratamento dos efluentes sanitários e águas residuais dos refeitórios dos canteiros de obra; autorização do órgão ambiental competente para a supressão de vegetação nativa, com base na Declaração de Utilidade Pública do empreendimento; e a proposta da aplicação de no mínimo 0,5% do total do investimento do empreendimento em medida compensatória, conforme determina a Lei 9.985 de 2000. E aqui a equipe técnica da FEEMA que participou da avaliação dos estudos. Muito obrigado, boa noite.

**LUIZ HECKMAIER** – Obrigado José Alencar. Eu, antes de passar a palavra ao Secretário de Meio Ambiente de Magé, eu gostaria de informar que se encontra presente também conosco, vários representantes do município de Cachoeiras de Macacu, que muito nos honra aqui com a sua presença. Gostaríamos também de lembrar que já poderão ser feitas perguntas, por favor, aqueles que tiverem perguntas, os formulários estão sendo distribuídos. Por favor, nós já estamos recebendo aqui na mesa as perguntas, para que depois então a próxima, o nosso intervalo, nós passaremos então à parte de debates. Então, nesse momento, eu vou passar a palavra para o Secretário de Meio Ambiente de Magé, o Sr. Carlos Menezes, que vai fazer as suas colocações sobre o empreendimento. Sr. Carlos, por favor.

**CARLOS MENEZES** – Senhores boa noite, boa noite companheiros aqui da mesa, Heckmaier, José Alencar. Bem gente, a Secretaria de Meio Ambiente, o poder público municipal, solicitou essa Audiência Pública para esse novo empreendimento, para dividir com vocês a responsabilidade da fiscalização, com observação, sugestões, das medidas mitigadoras a serem aplicadas, medidas compensatórias também. É muito importante que cada um de vocês entenda nesse momento a sua responsabilidade. Nós poderíamos não solicitar essa Audiência Pública, mas o fizemos para dividir com cada

um dos aqui presentes, a responsabilidade do licenciamento desse empreendimento. Porque mesmo que a FEEMA emita, permita esse empreendimento, faça a expedição da sua licença de instalação, o Município pode e vai embargar, de uma certa maneira, não dando a anuência para que aconteça, se caso não atendida a todas as solicitações que nós aqui, nesse momento, iremos solicitar a FEEMA. As observações que aqui forem colocadas, a FEEMA com certeza levará, não é isso José? E vai analisar, e o que for pertinente, com certeza será condicionante da licença. Então, é muito importante que a gente pense bem, faça a pergunta certa, faça a sua colocação certa, a sua exigência, que o poder municipal, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, está aqui para ouvir. A Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que eu fiz questão de convidar para compor a mesa, está aqui para ouvir, a FEEMA está aqui para ouvir, então, tudo aqui, essa solicitação de Audiência Pública feita pela Secretaria de Meio Ambiente, é para dividir a responsabilidade com vocês, porque se amanhã um de vocês vierem me cobrar, eu vou falar você teve oportunidade e se calou. Então era isso que eu queria colocar para vocês num primeiro momento. Num segundo momento eu queria falar com a Petrobras sobre a apresentação que foi colocada aqui, sobre a responsabilidade social da Petrobras. Que acho bacana, e que nós aqui de Magé estamos acostumados a ver somente pela telinha, porque aqui ainda não aconteceu. Responsabilidade social, eu penso, que quando o Eduardo aqui comete algum dano a minha pessoa, ele tem que reparar. Eu acredito que responsabilidade social não é atender a uma minoria. Não sei se coloquei bem, mas vou tentar explicar melhor. Eu não sei se responsabilidade social é não atender, por exemplo, aos pescadores que sofreram tanto, a comunidade de Mauá, que vem sofrendo tanto, bem, Magé como um todo. Não adianta se falar em responsabilidade social, a Petrobras apóia projeto cultural, social, ambiental, se em Magé nada é feito, e existe uma dívida muito grande com o município. Eu hoje tento ser a pessoa junto a Petrobras para defender isso, mas eu preciso também de subsídio, de apoio por parte da Petrobras. Não adianta chegar aqui e mostrar um empreendimento, que não poderemos evitar, sabemos disso, mas que podemos orientar e ajudar a FEEMA nessas condicionantes que vão ser impostas, colocadas, e a fazer. Mas eu penso assim, a Petrobras precisa, de uma certa forma, a priorizar Magé, nós sofremos desde 2000, desde 2000 que a gente sofre com todos os impactos, com todos esses problemas que a Petrobras vem nos causando. Então hoje, nós precisamos de um entendimento e de um estreitamento maior com a Petrobras para algumas questões. Esse empreendimento realmente, como colocou muito bem o José Alencar, que olhei também minuciosamente o EIA, causa um pequeno impacto,

mas é um pequeno impacto, que os senhores tem que lembrar, que não é só esse empreendimento, se a gente colocar de 2000 para cá, o copo já transbordou, não é só essa gotinha aqui não. Você não pode analisar os impactos de uma forma separada, você tem que analisar os impactos de uma forma geral, todos os impactos que esse município vem sofrendo. Bem, eu não sei como conseguiram, mas conseguiram, esse empreendimentos, todas essas obras que estão acontecendo, todos esses empreendimentos da Petrobras, eles fazem parte do plano Progás, salvo engano, tanto os cinco empreendimentos do COMPERJ, a ampliação da Reduc, o GNL, esse GNP, que é o Gasduc 3, a ampliação da Ilha Comprida, Ilha Redonda, são empreendimento, são todos empreendimento. Então, nós estamos aqui fazendo Audiência Pública para o GNP, fizemos uma do GNL, e até agora nada do que foi dito aqui, nada do que foi solicitado aqui do GNL ainda não apareceu. Então, todos os programas e projetos que foram aqui expostos, todas as medidas mitigadoras aos impactos, algum de vocês aí tem conhecimento disso, do que aconteceu? Não. Muito menos o Município. Então, hoje nós tivemos na parte da manhã, uma prévia, uma apresentação dessa mesma apresentação que está acontecendo agora, lá na prefeitura, e uma das solicitações que eu fiz a Petrobras, foi que começássemos a interagir juntos nesses programas, para que o município também tivesse gerência, para que vocês também tivessem gerência em todos esses programas propostos e projetos propostos na medida mitigadora do Relatório de Impacto Ambiental. Então, eu peço a cada um dos senhores, para finalizar a minha fala, que façam valer os seus direitos, que cobrem aqui a Petrobras, para não ficar depois só sobre a responsabilidade do município, para isso nós pedimos a Audiência Pública, e para isso estamos aqui para dividir a responsabilidade com vocês. Porque se for necessário, o Secretário, enquanto estiver lá sentado em sua cadeira, vai brigar intensamente por vocês, agora, se vocês também se acomodarem, cruzarem os braços, eu também não posso ajudar. Senhores, boa noite e muito obrigado.

**LUIZ HECKMAIER** – Muito obrigado Secretário. Passo a palavra agora ao Vereador Carlos Eduardo da Silva, que é o Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Magé.

**CARLOS EDUARDO** – Uma boa noite às companheiras e aos companheiros, abraço especial ao nosso pessoal de Cachoeiras de Macacu, que tenho certeza que estão brigando pelos interesses do seu município. E a gente aqui em Magé aproveita também

esse momento, para brigar também pelos nossos direitos. Entendo muito bem a situação de várias entidades que estão aqui, representativas, representadas e chateadas, porque o histórico do nosso Município de Magé com a Petrobras é terrível. A gente sabe que fizeram o gasoduto, jogaram para a Reduc, não deram nenhum tipo de benefício para o Município de Magé, e quando veio o derramamento lá em 2000, nós sofremos as conseqüências nefastas e não houve qualquer tipo de benefício ao nosso município. Nós também sabemos que é importante esse projeto ser realizado, mas todo projeto que está sendo aqui apresentado, vai ser feito por outras empresas que não são Petrobras, vai ser feita uma licitação e essas empresas vão fazer as obras. E só para dar um exemplo, nós temos uma situação que está ocorrendo lá em Mauá, onde foi feito um compromisso com a Associação Homens do Mar, uma entidade que representa a categoria de pescadores, e até agora nada daquilo foi cumprido. Quando se procura a Petrobras, a Petrobras diz que é GDK, e quando procura a GDK, a GDK diz que é a Petrobras, e o pescador está sem comer. Então, o companheiro quando houve uma vaia aqui quando alguém vai falar, não é contra a pessoa física certamente, é contra a política da Petrobras para o Município de Magé, porque certamente não agrada aos mageenses. Eu acho que a Petrobras hoje é uma empresa que é respeitada e querida em todo Brasil, menos em Magé, isso é um fato lamentável. Então, quero dar um exemplo da minha preocupação, serão oito rios que serão cortados por esse gasoduto, será três APAs, a APA Guapimirim, que é Magé também, a Suruí, a Estrela, e cortará também, na área do Parque Estrela, a antiga Estrada Imperial fundada por D. Pedro I, que é uma área histórica do nosso município. E a gente houve falar tudo sobre o remanejamento de algumas questões, reflorestamento de áreas, mas não existe nenhuma proposta de impacto de vizinhança, que dê qualidade de vida aos moradores desse entorno, qualidade de vida aos mageenses, porque certamente gente, acha bonito, vai reflorestar, vai fazer uma série de coisas, mas 6% dessa área é manguezal, e essa área que é manguezal, ela fica praticamente toda em Magé. Nós temos por exemplo, catadores de caranguejo que não sabem qual o tipo de influência positiva ou negativa que esse projeto trará. Nós temos questões aqui que são fundamentais para nós, que a Petrobras ou a empreiteira que vai ganhar essa licitação, vai fazer essa obra em 5, 6, 7, 8 meses, posteriormente nós vamos ficar com um cano ali embaixo, carregando gás para o desenvolvimento econômico do nosso Estado, e o povo de Magé não vai ter concretamente nenhum benefício quanto a isso. O que nós queremos é que a Petrobras faça, de fato e de direito, algum tipo de intervenção positiva. Vi ali que 0,5% desse

projeto será para desenvolver projetos, mas sabem hoje, por exemplo, os pescadores, que são cerca de 1000 famílias que vivem da pesca no nosso município de Magé, e já não conseguem produzir a mesma quantidade de peixe que tinha a alguns anos atrás. Hoje tem gente, pescador, companheiro, eu sou neto de pescador, que passam necessidade, porque as intervenções, são cinco não é Secretário? As intervenções da Petrobras na Baía da Guanabara está tirando a alimentação dessas pessoas. E eles precisam se requalificarem para o novo projeto econômico que se avizinha, aqui através da COMPERJ. Pois bem, o que eu quero, queremos saber depois da Petrobras, é quem vai se responsabilizar depois? Porque sabemos que esse projeto vai feito, vai ser todo implementado por empreiteiras que ganharam licitações, e depois vai ficar barriga para lá, barriga para cá. Me preocupa exatamente essa questão, o que de fato e de direito concreto será feito para o Município de Magé? Porque realmente sabemos que o pescador, por exemplo, no nosso município, não terá como sobreviver da pesca, mas qual vai ser o tipo de requalificação profissional para esse segmento, que não terão mais como sobreviver do mesmo. Sabemos que os companheiros das ONGs estão aqui para desenvolverem projetos sérios, sabemos que as associações de moradores, através da companheira Enilda, sabemos da Associação de Usuários da CRT estão aqui através do Romildo, da Sheila, mas cada um tem um interesse comum, mas os pescadores e quem vive do mar precisam sobreviver. E qual vai ser a resposta da Petrobras para isso? É isso que depois queremos saber. Muito obrigado.

**LUIZ HECKMAIER** – Muito obrigado Vereador Carlos Silva. Olha, antes de nós fazermos o intervalo, eu gostaria de comunicar que nós estaremos aqui a mesa por mais cinco minutos aguardando as perguntas, e a partir desse momento, nós já recebemos aqui aproximadamente 100 perguntas, nós aguardaremos mais cinco minutos a mesa para receber as perguntas, e então nós vamos encerrar o recebimento dessas perguntas. Então por favor, aqueles que tiverem perguntas, por favor encaminhem à mesa. Vamos dar um intervalo então de 15 minutos para fazermos um coffee break. Obrigado.

**MARCOS CASTILHO** – Informamos aos senhores que o coffee break está sendo oferecido na quadra aqui, na saída a direita do palco. Muito obrigado.

COFFEE BREAK

**LUIZ HECKMAIER** – Atenção, neste momento nós damos como encerrado o recebimento das perguntas. Se alguém ainda tiver pergunta, por favor traga aqui imediatamente, porque nós estamos encerrando o recebimento das perguntas. Nós já estamos com 150 perguntas aqui na mesa. Vamos então dar reinício a nossa Audiência Pública, agora na fase de perguntas. Gostaríamos de registrar que nós recebemos aqui, aproximadamente 150 perguntas, nós estamos fazendo aqui uma divisão, tentando agrupar as perguntas, que tem muitas perguntas, que elas são as mesmas perguntas feitas por diversas pessoas, então nós estamos agrupando as perguntas, de tal maneira que nós possamos responder o mais rápido possível e juntando então as informações. Então, vamos começar então. Tem diversas pessoas que fizeram perguntas sobre obras, uma foi a senhora Cileide Perereira, que é: Quando começarão as obras na rua do bairro onde moro, no bairro Santa Clara, Campos Elíseos? Ana Clara, desculpe, mas a letra não está dando para ler certinho, desculpe, por gentileza tá. Bairro Jardim Ana Clara. Já foi esclarecido, por favor. Quando vai iniciar a obra e qual a forma de remanejamento dos mutuários? É o Noel Júlio de Moraes, também é do Balneário Ana Clara. Quando vai iniciar a obra e qual a forma de remanejamento dos mutuários? Também o pessoal de Ana Clara, é o Severino Maurício da Silva. A Vanusa Barbosa de Lima, também de Ana Clara, ela pergunta qual o dia, o mês e o ano da obra do gasoduto? A Maria Cristina Domingos, também de Ana Clara. Quando será iniciada a obra em Ana Clara? Renato da Silva Crispim, Presidente da AMOG, ele pergunta: Essa obra começará nos municípios ao mesmo tempo? Como será feita a fiscalização na área de influência direta e indireta? E mais uma pergunta de Ana Clara, que é da Joelma de Mendonça, qual o prazo para começar as obras e qual será a situação dos moradores e em quanto tempo? Então, por favor, o representante da Petrobras, por gentileza.

**PAULO MONTES** – Alô, boa noite. Tem várias perguntas aqui com relação ao Jardim Ana Clara, eu queria agradecer aí a presença de vocês. A gente está com uma previsão de começar os trabalhos no Jardim Ana Clara via Prefeitura, a gente assinou um convênio com a Prefeitura de Duque de Caxias, e a Prefeitura vai cuidar especificamente desse assunto, com a supervisão da Petrobras, está certo? O início deve demorar mais um mês a dois, para a Prefeitura começar os trabalhos, a gente está ultimando o planejamento do convênio, e cada proprietário vai ser indenizado, via Prefeitura, pela sua moradia, está certo? O planejamento inicial é esse. Isso não quer dizer que, na totalidade das pessoas pode ser exatamente isso, pode haver alguma

pequena variação. Mas alguém que tenha alguma dúvida específica para o seu caso, eu gostaria que comunicasse no 0800 da Petrobras, alguém que tivesse alguma dúvida específica do seu caso, ligasse para o 0800 da Petrobras, cadastrasse o seu nome, que a gente vai ter o maior prazer em responder qualquer dúvida pessoal ou particular de algum de vocês, tá bom? Olha só, tem várias obras acontecendo, tem uma obra agora no Jardim Ana Clara, que é uma obra que não é do Gasduc 3, a gente hoje está numa Audiência Pública discutindo o Gasduc 3. A obra do Gasduc 3 deve começar lá, se tudo correr bem, e se a FEEMA entender que a obra tem viabilidade ambiental, a gente deve começar depois de maio, junho desse ano. A obra que está acontecendo lá agora, é uma obra do GNL, que é correlato a outra obra da Petrobras, e que estão começando alguns serviço lá no momento, está certo?

**LUIZ HECKMAIER** – O pessoal de Ana Clara ficou esclarecido? Com as perguntas, com a resposta? Agora vamos fazer a parte de indenização. A Valentina Maria Ferreira, ela pergunta: com essas obras no Jardim Ana Clara, como fica a situação dos moradores? Quais serão as ruas que estão cruzando e quais são as várias intervenções no bairro?

**PAULO MONTES** – Basicamente no Jardim Ana Clara a gente vai retirar a quadra que está adjacente do lado da faixa de duto, se não me engano, são os dois quarteirões que ficam imediatamente ligados à faixa de dutos. Inclusive alguns lotes usam a faixa como acesso para sua moradia. É isso que está envolvendo, é a quadra inteira está certo? É isso que está envolvendo o convênio do bairro Duque de Caxias, o convênio com a Prefeitura de Duque de Caxias.

**LUIZ HECKMAIER** – A segunda, a Cleide Barbosa quer saber quanto vamos receber com a nossa faixa que irá passar dentro da minha propriedade? Morador do Marambá, lote 38. Quem é o responsável? A Elaine Ferreira dos Santos, sou moradora do Jardim Ana Clara e gostaria de saber se irei ser indenizada ou se vão me dar outra casa em outra localidade? Ainda, quando será feita a notificação das casas que serão indenizadas e qual o valor estipulado de cada casa, ou se serão removidos para outras casas em outros lugares? Pergunta de José Pereira da Silva. Pedro José Augusto pergunta: moro na Curva do Jacu a 50 anos e levei 20 anos para fazer uma casa para curtir minha velhice, e agora como fico na rua? A Lúcia da Silva, ela pergunta: quero saber se vai

indenizar com dinheiro, em casa ou é uma outra moradia? Vera Lúcia da Silva, é a mesma pergunta, quero saber o dia que irão avaliar a minha casa. Liliane Soares de Oliveira, fiz cadastro, sou moradora de propriedade a sete anos, mas não tenho a escritura da casa, como fica a minha situação neste caso? Liliane Soares. As ruas cadastradas de Ana Clara serão indenizadas ou nós estaremos ganhando casas em outro bairro? Enicio Lopes da Silva Júnior. Natalino Pascoal, ele pergunta: quando vamos saber qual a indenização da casa? Praticamente é isso que ele quer saber, ele está preocupado com o impacto ambiental também e ele quer saber sobre a indenização da sua casa. Martin Leal, ele quer saber sobre a rede, como é que vai ficar também a indenização dos proprietários das residências? Ganharemos informações? Estamos preocupados com isso sobre o impacto ambiental. A Rosana da Silva, dos Santos Silva, ela pergunta: por que não falaram sobre as indenizações diretamente e especificamente, concluindo se o morador da Ana Clara vai ser indenizado ou não? Euzeli Maria de Souza, gostaria de saber se antes do fim do ano estaremos fora da Ana Clara? Mas gostaria de que fosse a indenização invés de outra casa, aquelas que estão construindo em Magé, nem pensar. Muito obrigado. Por favor. A Cirlene de Jesus Maia, moro em Ana Clara e gostaria de saber como vai ficar essa casa, e gostaria de saber, muito falam em que nós vamos sair, mas não temos condição de comprar casa em outro lugar, não sabemos se essas casas serão de Duque de Caxias ou da Petrobras. Acho que é isso que ela está perguntando. Álvaro Silveira, como ficará a situação dos proprietários dos imóveis em torno da Baía de Guanabara, próximo ao anteprojeto do gasoduto? Próximo ao anteprojeto do gasoduto, ao projeto do gasoduto, desculpem. Ana Santoro, ela pergunta: eu moro dentro de uma área de risco, fica no Jardim Ana Clara, e fica em Campos Elíseos, eu gostaria de saber por mim, o que foi, o que vocês vão fazer por mim? Ana Clara. A Edna Pires da Cruz, gostaria de saber o seguinte, depois que a minha casa foi medida e tiradas fotos, construí e fiz algumas reformas, vai ser avaliado o que gastei? Quer dizer, então na verdade, ela foi feita uma medição, depois dessa medição, da avaliação acredito, ela fez uma reforma, então ela está perguntando se essa reforma vai incluir também nessa avaliação. O Adelino Rodrigues dos Santos pergunta: gostaria de saber quando vão fazer as obras que está acontecendo nas renovações das casas do Jardim Balneário Ana Clara? Queremos saber se as casas do Jardim Ana Clara quando vão sair e queremos saber se vai sair ou não? Temos pressa, pois nós não temos informação de nada. Pergunta de Luzia do Nascimento. Queremos saber agora, Elíseo de Lima, queremos saber se as casas do Jardim Ana Clara, se vão sair ou não, porque

ninguém nos dá informação de nada. Como vai ficar realmente? Jonathas Costa da Silva pergunta: quais serão os benefícios da minha comunidade e como fica a renda de quem vive da área que vai passar o gasoduto? Ok. Vamos as perguntas da Petrobras agora, eu vou pedir ao representante da empresa que faça uma explanação, tentando abordar o máximo possível todas as informações, todas as questões que foram levantadas nessas perguntas que foram elencadas aqui nesse momento.

**PAULO MONTES** – São muitas questões, eu fiz aqui um resumo aqui com os tópicos mais recorrentes. Com relação ao problema específico do Jardim Ana Clara, eu estou pedindo para a gerente de comunicação do empreendimento fazer um esclarecimento específico do Ana Clara lá. Amanhã ela já começa a trabalhar nisso e vai na comunidade explicar exatamente o que está acontecendo. Eu estou sentindo muita falta de informação de vocês, com perguntas recorrentes do que vai acontecer. Aquilo é um convênio feito com a Prefeitura de Duque de Caxias, e eu acho que está carecendo de uma maior explicação para a comunidade, dos passos que vão acontecer. Basicamente a Prefeitura vai identificar todas as casas, fazer um trabalho de avaliação de todas as casas, contactar os proprietários, para indenizar preferencialmente em dinheiro, caso o dinheiro não seja suficiente para se comprar nada em lugar nenhum, pode haver algum caso desse, passa-se por uma opção de entregar uma casa, trocar a casa, a gente fica com a casa da pessoa e a pessoa recebe uma casa nova. Basicamente esses casos de troca de casa, quando a indenização que vai ser proposta não é suficiente para comprar nada na redondeza ou a pessoa se realocar. Porque não adianta eu dar um dinheiro que não dê para uma pessoa conseguir outra moradia, porque ela vai ficar sem a moradia dela, vai ficar com dinheiro insuficiente e o que vai acontecer? Ela vai ficar com problema de moradia. A Petrobras aqui não está para deixar aqui ninguém com problema de moradia, pelo contrário, tem que resolver o problema de cada pessoa que mora no Jardim Ana Clara, assim como os outros que moram ao longo da faixa, está certo? Então, vai ter uma ação específica nossa no Jardim Ana Clara, para explicar para toda comunidade, exatamente o que está acontecendo. De preferência, entre 10 a 15 dias a gente está lá explicando isso tudo. Questão de escritura. Evidentemente algumas pessoas que não tem escritura vão ser pagas, um proprietário que tem alguma benfeitoria num terreno por onde a gente vai passar com a faixa, a gente paga as benfeitorias, se a pessoa não tem a escritura, não tem a propriedade do imóvel, ela não pode receber por aquela propriedade do imóvel, a gente vai ter que procurar o

verdadeiro proprietário do imóvel. Mas a pessoa que tem a posse, que tem a benfeitoria lá em cima vai ser indenizado. Esses casos, evidentemente, olha só, tudo o que for considerado na forma da lei será levado em consideração, certo? Se há Uso Capião, se a pessoa tem a propriedade da terra de alguma maneira, isso é levado em consideração. É difícil a gente generalizar numa Audiência Pública, porque são muitos casos. Os casos específicos, eu gostaria que as pessoas contactassem o 0800 da Petrobras, para poder esclarecer caso a caso específico, e a gente tem uma equipe de comunicador que vai à propriedade do morador, esclarecer a situação que vai acontecer com um por um dos proprietários. A outra questão colocada aqui, foi com relação as reformas. Claro que se a pessoa fez alguma reforma na casa, se ela agregou algum valor na casa, esse valor vai ser considerado, mesmo que a avaliação tenha passado algum tempo antes, tá certo? Então eu acho que isso daí as pessoas não precisam ficar preocupados de receber um valor aviltado, porque alguém foi lá avaliar numa época anterior, e quando chegou a hora de realizar a transação, a casa já tinha mais alguma benfeitoria, a gente vai ter que considerar isso daí, tá certo? Eu não sei se tem mais alguma coisa assim, eu volto a dizer, coisas muito específicas, a gente tem o nome de vocês, tem o contato aqui de vocês, a gente vai responder um a um. Agora, eu gostaria de saber se tem mais alguma coisa relacionada a esse tema de indenizações, que vocês gostariam de saber?

**LUIZ HECKMAIER** – Então, como foi dito aqui pelo representante da Petrobras, terá uma reunião específica com os moradores do Balneário Jardim Ana Clara, daqui a uns 15 dias, quando então serão esclarecidas todas as questões relativas a indenização. Então, por favor, a Petrobras, aqui é um apelo da FEEMA que faz, no sentido, e da CECA, no sentido de divulgar bastante a data desse evento, para que todas as pessoas interessadas que possam, de repente nessa audiência não foram esclarecidas, que elas possam ser esclarecidas nessas questões, que são questões bastante importante na vida dessas pessoas.

**PAULO MONTES** – Ok.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, vamos passar agora ao bloco de acidentes. O Paulo César de Souza pergunta: como a Petrobras vê a segurança das comunidades próximas a esse duto? A segunda, o Alípio da Silva Araújo pergunta: em caso de vazamentos há risco a saúde humana e a saúde animal? A Simone Alvarenga pergunta: gostaria de saber como

ficam os moradores que moram perto da tubulação de gás? A Sandra Helena, ela pergunta: eu moro numa área de risco, que fica no Jardim Ana Clara, em Campos Elíseos. Então, está preocupada também com a questão de risco. O Elias André de Lima, gostaria de saber se há algum risco da população em caso de vazamento na tubulação? O Alexandre, ele pergunta: se fizermos um inventário das centenas de desastres provocados pelos gasodutos existentes no mundo, os resultados seriam assustadores. O que foi feito hoje pela Petrobras para amenizar esses possíveis acidentes? Ou caso haja, o que é previsto para as comunidades ao redor dos dutos? Ele deixou o nome dele aqui e o e-mail dele. Foram essas as perguntas relativas a questão de acidentes.

**PAULO MONTES** – Com relação a essas perguntas de Análise de Risco, a gente vai pedir para o nosso consultor da ITSEMAP, para ele fazer uma apresentação aqui específica agora, para explicar os riscos. Não é não, calma, calma, espera um minuto. Microfone para o povo, microfone, cadê?

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, o senhor poderia citar o seu nome, para ficar registrado na nossa gravação.

**PAULO CÉSAR** – O meu nome é Paulo César, eu sou da Associação de Pescadores Ao Mar, e nós temos aqui vários relatórios sobre os acidentes que vem acontecendo ao longo desses anos passados. E a gente está vendo aqui, parece que só tem um comunicado, o pessoal da Ana Clara está dizendo que a Prefeitura vai indenizar eles, eles vão usar o valor venal e vão colocar esse pessoal tudo na cumbuca. Porque na verdade, a Prefeitura tem um valor inferior do que na verdade é o valor de fato dessas propriedades. Hoje aqui a gente recebe comunicado da Petrobras, como se a gente fosse aqui moleque. Porque na verdade, a Petrobras está trepando na cabeça da gente, fazendo o que está querendo fazer. As Audiências Públicas não tem inscrição para uma pessoa falar, essa porcaria desses papéis aqui para perguntas, não estão dentro daqui do cumprimento do Regulamento Interno, que seria para inscrição para se comentar. E hoje os pescadores aqui, estão aqui representados, temos aqui as comunidades, esses gasodutos são bombas que vão uma hora ou outra acontecer um acidente, que vem acontecendo nesses outros anos, nós temos relatórios para provar isso. A Petrobras agora quer fazer, botar só recado, vocês estão fazendo um comunicado, não é uma

audiência. Porque parece que isso aqui, só estão passando para a gente as informações que vocês querem passar. As perguntas que vocês vão responder é a que vocês já trouxeram prontas, porque o Eduardo Silva, o Vereador, fez uma pergunta pertinente ao caso, e vocês já atropelaram isso. Vamos parar com a palhaçada e vamos levar a gente a sério. Porque essas obras podem ser obstruídas se a população mageense quiser, é só todo mundo se reunir e entrar no canteiro de obra. Vamos levar isso a sério, está virando palhaçada para a Petrobras, a população, os pescadores, o comércio, tá tudo errado gente, pelo amor de Deus! Quando é que a pessoa vai pegar e começar a se mobilizar dentro desse Município? Isso está virando palhaçada gente, pelo amor de Deus! Bom, então fica aqui a minha crítica, e vamos começar a levar esse negócio a sério. Que abram as pautas para debate e todo mundo venha colaborar. Olha pessoal de Ana Clara, vocês vão levar um balão danado heim, vai tudo ser pago pelo valor venal. Obrigado.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, silêncio por favor! Vamos respeitar aqui as perguntas por favor. Eu peço a colaboração dos senhores, no sentido da gente poder seguir o nosso trabalho.

**PAULO MONTES** – Olha só, vamos voltar aqui a resposta. A gente tem aqui 1, 2, 3, 4, 5 perguntas específicas aqui sobre a questão de riscos do gasoduto, e eu gostaria de convocar aqui o consultor da ITSEMAP, para explicar os riscos que existem com relação ao gasoduto. Evidentemente a palavra está aberta às pessoas e o microfone está aí, quem quiser tirar alguma dúvida com relação aos temas que estão sendo discutidos aqui, pode ficar a vontade. Ok, não tem problema, a gente tem todo.

**JONATHAN COSTA** – Boa noite. Eu sou Jonathan Costa, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Ana Clara. Vocês estão falando que já várias vezes a Petrobras foi e está fazendo trabalho na Ana Clara, e isso não é verdade. Até hoje nada foi dito, nada foi indenizado, nada foi feito, só fala, fala, fala e nada cumpre. Está falando que fez um convênio com a Prefeitura, mas a Prefeitura até hoje nada foi falar com a gente, não falou nada de indenização, não falou nada. Como o colega ali falou, e falou bem, a gente está tomando um balão perdido, tá tomando um balão apagado.

**PAULO MONTES** – Por favor, qual é o seu nome?

**JONATHAN COSTA** – Jonathan Costa.

**PAULO MONTES** – Oi Jonathan, olha só, só para vocês terem uma idéia, a gente gastou mais de um ano em negociações com a Prefeitura, para formatar um convênio que atendesse não só o Ana Clara, mas toda a região de Duque de Caxias. É lógico que eu sei a angústia que vocês sentem de ouvir, ouvir, ouvir e nunca aparece nada, está certo? Agora, do nosso lado, vocês podem ter certeza, a gente tem trabalhado para que melhorem as coisas, está certo? Tanto melhoram que o convênio foi assinado. Eu concordo contigo, de repente está faltando comunicação com vocês, eu concordo. Causou surpresa aqui esse vazio de comunicação, de um lugar tão importante quando o Ana Clara, porque são muitas pessoas num local só, envolvido num convênio. E a gente assumiu um compromisso público aqui de esclarecer todas as dúvidas, inclusive pedindo para a Prefeitura estar junto com a gente lá, para esclarecer a situação do Ana Clara. Evidentemente, olha só, não é questão de polemizar que vai entrar com valor A, B ou C, inclusive essa questão do valor, o valor diz respeito à Petrobras, não é a Prefeitura que vai pagar o valor da sua casa, é a Petrobras que vai pagar o valor da sua casa. Então, isso daí não diz respeito à Prefeitura, diz respeito a Petrobras. Então, eu queria tranquilizar vocês, que não passa na cabeça da Petrobras se aproveitar de ninguém, não tem o menor sentido isso. E a gente está tomando todos os cuidados possíveis, para que todas as pessoas que estão no Jardim Ana Clara sejam atendidas, e dar todos os esclarecimentos que sejam necessários. Eu não sei se melhorou a situação, se você está mais, o pessoal de Jardim Ana Clara está satisfeito, tem mais pergunta, tem mais dúvida? Pode perguntar gente.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, está registrada aqui então a comunicação que o pessoal de Ana Clara fez, e também aqui o procedimento, a resposta aqui do representante da Petrobras.

**JONATHAN COSTA** – O senhor falou duas questões, uma que foi a falta de comunicação. De quem, da Petrobras ou da Prefeitura conosco?

**PAULO MONTES** – Olha, de repente, eu não quero aqui botar culpa na Prefeitura, não quero botar culpa em ninguém, acontece o seguinte, é como eu já disse, é um processo demorado a gente formatar um convênio desse, a gente conseguiu assinar um convênio,

estamos avançando já em entendimentos de planejamento do convênio, depois de assinado o convênio a gente tem que planejar todos os trabalhos. Eu entendo a angústia de vocês, reconheço que o comunicado está tardio, mas a gente está aqui para escutar vocês e para atender a demanda de vocês, por isso que imediatamente, quando eu vi a quantidade de perguntas da Ana Clara, marcamos uma reunião específica, já assumimos o compromisso aqui, de ir lá e esclarecer todas as dúvidas de vocês, está certo? Vai ser amplamente divulgado no Jardim Ana Clara, para a gente até passar isso a limpo. Eu não quero que ninguém aqui fique angustiado. Eu sei o que é, tem envolvimento com a residência que vocês moram e com possíveis remoções e esse tipo de assunto. Então, olha só, o assunto vai ser tratado com a maior responsabilidade que o caso merece, e a gente vai estar lá com vocês na comunidade, explicando em detalhe, junto da Prefeitura, tudo o que vai ser feito. Oi, a senhora quer mais uma pergunta?

**JONATHAN COSTA** – No caso, igual ao que o senhor falou anteriormente, e quem não tem a escritura do terreno? O caso, lá tem várias casas que é posse, mas é duas, três famílias num quintal só, como que fica essa situação?

**PAULO MONTES** – Olha só, em outros casos semelhantes, a gente removeu cada família para uma casa, está certo? Isso daí é um problema social, a gente tem que avaliar cada família, independente de ter a propriedade do terreno ou não ter a propriedade do terreno, quantas pessoas estão alocadas, a gente vai formatar cada caso. Agora, esse detalhe é difícil eu responder numa Audiência Pública, são muitos detalhes, muitas pessoas, e aí depende da gente ir no caso a caso, família por família, entender a problemática de cada família e dar a melhor solução para cada família. Ninguém aqui está querendo desalojar ninguém, ou piorar a vida de ninguém, está certo? Isso é um compromisso nosso aqui, eu estou colocando em Audiência Pública, em nome da Petrobras, ninguém aqui tem intenção de piorar a vida de ninguém, a intenção é da gente conseguir acertar as situações todas, porque é um loteamento que foi feito do lado de uma faixa da Petrobras, como vocês bem sabem, tem gente que acessa as casas por dentro da faixa da Petrobras. E isso é uma solução que tem que ser dada, inclusive de comum acordo com a Prefeitura, está certo?

**LUIZ HECKMAIER** – Um momentinho por favor, o Mestre de Cerimônia quer fazer uma comunicação, por favor.

**MARCOS CASTILHO** – O proprietário do Fiat Doblo HCI-1217, o policiamento do entorno está pedindo para retirar, porque está atrapalhando o acesso aqui na região. Fiat Doblo HCI-1217.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, agora por favor, o representante da Petrobras que vai falar sobre os acidentes.

**RICARDO SERPA** – Boa noite. Meu nome é Ricardo Serpa, eu sou da empresa ITSEMAP do Brasil, que em conjunto com a equipe da Petrobras e da Biodinâmica, trabalhamos especificamente no Estudo da Análise de Risco do gasoduto. Eu procurei anotar a maioria dos tópicos colocados sobre a questão dos acidentes e riscos, e vou tentar aqui rapidamente, explicar os conceitos e as conclusões que nós tiramos nos estudos. Então, rapidamente, eu queria conceituar que o risco é avaliado primeiro, a partir obviamente, dos critérios estipulados pela FEEMA. E nesses critérios de riscos, basicamente dois aspectos são avaliados, o primeiro deles relativos a possibilidade de um acidente acontecer e os impactos decorrentes desses acidentes. Quanto a possibilidade, eles são, vamos dizer, calculadas as possibilidades, e as medidas mitigadoras, ou seja, para reduzir esses riscos, são definidas visando fazer com que essas possibilidades sejam as menores possíveis. Isto redundou, ou resultou em medidas já apresentadas aqui nas exposições técnicas, como por exemplo, a instalação da sinalização, as placas de concreto dos projetos de revestimento da tubulação, em particular nas áreas próximas às residências, o que possibilitou com que o enquadramento dessa chance de acontecer acidentes, fosse plenamente tolerável, quando comparada aos critérios do órgão ambiental. Com relação as conseqüências, ou seja, se houver o vazamento qual é o dano. Então, eu vi que uma pergunta foi colocada, riscos a saúde humana. O gás natural é um gás que não é tóxico, ele é um gás extremamente leve, diferente do gás de botijão, e que se dispersa muito facilmente na atmosfera, então isto faz com que a conseqüência seja plenamente também considerada tolerável. Além disso, mesmo sendo remota a chance de isto acontecer, como calculado nos estudos, vieram as recomendações também para as conseqüências. Quais são essas recomendações? Vou passar mais uma vez o que já foi colocado, a questão do pleno Programa de Gerenciamento de Riscos, que envolve inspeções, vistorias, o andar quase que diariamente na faixa, além dos planos de emergência, que na realidade, aqui na

região já existem, porque a faixa já é existente em quase toda a sua maioria. Mas obviamente que esse plano vai ser reavaliado, e também é uma condicionante, será uma condicionante para a fase de operação. Eu acho que basicamente, eu tentei agrupar as colocações, e é importante também, só lembrar o seguinte, que a própria Análise de Riscos demonstrou dois pontos importantes, o primeiro deles foi uma mudança no traçado na região de Macaé, principalmente para afastar a faixa da área mais urbana, e também na região de Jardim Ana Clara, as recomendações de segurança já colocadas. Eu acho que era isso basicamente.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok. O pessoal que fez pergunta sobre acidente está satisfeito? Por favor, no microfone por favor.

**PAULO MONTES** – Microfone para ele. Vamos caso a caso aqui, com calma, temos todo tempo do mundo para responder todo mundo aqui.

**ALEXANDRE** – Boa noite senhores. Meu nome é Alexandre, sou Presidente da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara. Nós estamos aqui não só representando os pescadores e associados, estamos representando o pessoal da nossa comunidade. Visto que somos pescadores e somos também integrantes da comunidade mageense, cidadão mageense, e estamos muito preocupados com esses empreendimentos. Eu fiz uma dessas perguntas aí sobre os riscos, só que a questão primordial que eu queria saber, não é só o risco para o meio ambiente, porque acontece que esse gasoduto, ele vai passar por algumas áreas inclusive de proteção permanente. No EIA-RIMA não avalia a totalidade do impacto. Isso nós já estamos vendo em Mauá, em Mauá está acontecendo algo diferente do EIA-RIMA, muda-se o nome das entidades que elaboram os EIA-RIMAs, mas os EIA-RIMAs parecem muito parecidos, quase não tem impacto, o impacto já é presente, isso a gente sempre vê nos EIA-RIMAs. Então veja bem, quando se fala em impacto de gasoduto, não é dessa mesma forma que a gente vê no noticiário externo, porque aqui no Brasil acontece uma política que tem que mudar, as coisas são, como se diz, amenizadas, os impactos são diminuídos na mídia. Nós temos aqui um relatório aqui da **Royal Watch**, que ela fala, eles descrevem o que é um gasoduto. Aqui diz o seguinte: os tubos de transporte de combustíveis fósseis, mesmo os novos, sofrem permanente rompimentos, causando contaminação e impacto sobre a saúde da população local, degradação ambiental, destruição em cultivos e

mortes. Nós temos aqui alguns relatos, não faz muito tempo que em 1984 houve inúmeras mortes numa explosão num duto da Petrobras, na favela Vila Socó, Cubatão. Então, a gente sabe que tem risco sim, que o risco existe. Nós temos relatório também de gasodutos similares, sistema de oleoduto transequatorial sofre três rompimentos por semana, de acordo com esse relatório. No Peru, o gasoduto do **Camisea**, em menos de 1 ano e meio de funcionamento já causou cinco desastres. Nós vemos também que um acidente causado por um gasoduto na Bolívia, operado pela **Trandieds**, que deve ser de conhecimento dos senhores, se queimaram, queimaram 29 pessoas e inúmeras casas ficaram destruídas. E continuando o relatório da **Wal Watch**, diz que um gasoduto da Normandino recém inaugurado, já houve um incêndio, por uma fuga de gás na região de Ungas, na Argentina, que foi apagado só após vários dias. Então, nós temos aqui inúmeros relatos de rompimento de dutos. Então, nós estamos falando de impacto não só pelo meio ambiente, questão de sonorização, questão sísmica, questão da movimentação que vai aumentar nessas áreas de preservação permanente, mas estamos falando da questão humana, vidas, as pessoas ao redor tem que ser alertadas da totalidade da verdade, não é dizer que pode causar um vazamento e em contato com a atmosfera vai se evaporar, tem que falar o risco real, porque a gente só consegue isso através de estudo e pesquisa na Internet. Porque como eu falei, aqui no Brasil tem uma política de abafar os impactos na mídia. Obrigado senhores.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, por favor vamos ouvir.

**RICARDO SERPA** – Posso comentar? Bom, eu queria fazer alguns comentários em cima, acidentes ocorrem no mundo inteiro. Um acidente, por favor deixa eu responder. O acidente mencionado de 84, nós precisamos situar a questão conceitual dos produtos, o acidente citado de 84 em Cubatão foi com gasolina, quer dizer, um produto totalmente diverso do gás natural. O próprio GLP, que é o gás de botijão, e este é gasoso liquefeito, diferente do gás natural, que é transportado na forma gasosa, é um gás pesado, é um gás mais denso que o ar, então, se ele vazar, ele tende a descer e isso é perigoso. O gás natural é um gás extremamente leve, transportado no estado gasoso, que se dispersa muito fácil na atmosfera, razão pela qual, em ambiente aberto ele não gera explosão, ele pode se inflamar, como todo gás que é inflamável, no entanto, a dispersão dele é extremamente facilitada. A questão do risco, o risco está calculado, está no relatório a disposição de todos, o relatório é público, em cima dos critérios internacionais vigentes,

o critério aqui do Rio de Janeiro inclusive, da FEEMA, é mais restritivo que em outros estados brasileiros, há que se ressaltar isso. E o importante também é mostrar o seguinte, quer dizer, esse risco foi calculado, recalculado em cima das medidas de redução dos riscos. Então nós, do ponto de vista técnico e do ponto de vista efetivo do tema análise e avaliação de riscos, estamos de certa forma, tranqüilos para discutir, até números se for o caso, pelo trabalho que foi feito, quer dizer, com toda responsabilidade técnica, e, como foi dito já aqui, se cumpridas todas as exigências e programas, e são muitos né, nós estamos dentro dos padrões, acima até de alguns padrões internacionais de que são feitos em gasodutos lá fora. Então, a gente está assim tranqüilo, enquanto profissional da área, quanto ao que está se fazendo, ao que se fez no estudo específico desse gasoduto. Ressaltando mais uma vez a questão de diferenciarmos o que é um duto de gasolina, um duto de petróleo, um duto de GLP, de um duto de gás natural, que é um gás que a gente convive com ele no nosso carro hoje, está certo, andamos com ele no nosso carro tranqüilamente. Estamos falando, o risco gerenciado está plenamente aceitável. Esta é a nossa conclusão e está aí demonstrado nos estudos técnicos a disposição dos senhores.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, senhores, por favor.

**PAULO MONTES** – Por favor, o microfone para se identificar. O microfone por favor, entrega a ele para ele escutar. Mais atenção da atendente para ser rápida.

**IRAPUÃ PAES** – Eu peço perdão, porque a minha pergunta inclusive ainda não foi, eu fiz uma pergunta para o Sr. Presidente, gostaria da resposta, direcionada ao senhor.

**LUIZ HECKMAIER** – Pois não.

**IRAPUÃ PAES** – O Presidente da mesa. Mas me irritou aqui o seu esclarecimento. É óbvio tudo o que o senhor falou, mas eu gostaria que o senhor me explicasse também, eu não quero saber a sua residência, mas onde é que o senhor mora, talvez seja até no exterior, me parece, e saber o seu trânsito, porque o senhor está dizendo que não causa efeito, que não sei o que, quer dizer, tem alguma coisa errada aí. O senhor desconhece, conhece tecnicamente o que vai falar, o que vai fazer também, mas é verídico isso?

**RICARDO SERPA** – Veja bem, eu moro em São Paulo, só para esclarecer o colega, sou usuário do gás natural na minha casa, para quem tem rede de gás nas ruas. O que eu estou tentando falar para vocês é o seguinte, o risco do gasoduto e o risco residual existe em qualquer atividade nossa no cotidiano, na nossa vida normal. O risco do gasoduto para as pessoas, na área de influência direta, indireta, como foi aqui colocado, ele foi calculado, e ele está aí no relatório, para os senhores olharem, discutirem, ele é muito mais baixo do que o nosso risco cotidiano, na nossa vida natural, de trânsito, quando comparado com outras atividades normais do dia-a-dia. Se não for assim, ele não será aprovado pelo órgão ambiental, não é? E isto está tudo estudado, está tudo calculado. Ele é comparado com o nosso risco normal. Se o empreendimento impuser ao cidadão um risco maior que ele já tem na sua vida normal, este empreendimento não é aprovado, essa é a discussão, não é? E foi isso que foi feito. Mais perguntas.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, vamos agora.

**PAULO MONTES** – Espera aí, tem uma senhora ali que deseja falar. Microfone. Quem está na fila? Boa noite.

**MÁRIO DIAS** – Boa noite. Meu nome é Mário.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, a pergunta que o senhor quer fazer é sobre o tema, é sobre risco ambiental?

**MÁRIO DIAS** – É dentro do tema, dentro do tema do risco ambiental.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok. Por favor, o senhor pode falar o seu nome, para ficar registrado?

**MÁRIO DIAS** – Meu nome é Mário.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, eu gostaria, um momentinho só, eu gostaria de pedir silêncio aos colegas, para que nós possamos ouvir o que o rapaz vai perguntar, senão, nós estamos com dificuldade para entender, por favor.

**MÁRIO DIAS** – A pergunta é para a FEEMA e também para a Petrobras. Queremos saber, quando o companheiro colocou que as indenizações vão ser feitas de uma maneira que vocês colocaram técnica, se vai ser igual foi feita lá no patrimônio histórico, quando a GDK chegou lá ameaçando os moradores, aterrorizando, e aí tiveram que passar as suas casinhas por mixaria, para sair, que estavam com medo com as suas família. Uma pergunta é essa. A FEEMA nós vamos perguntar se os técnicos que estão fazendo todo esse controle, essa capacidade de você chegar e dizer que as licenças são liberadas, se esse pessoal é um pessoal sério? Porque ultimamente no mundo e no nosso país, nós não podemos confiar nas instituições constituídas, porque nego, por causa de dinheiro, estão se vendendo de qualquer maneira. É essa pergunta que eu quero fazer.

**LUIZ HECKMAIER** – Eu vou pedir ao representante da Petrobras que faça a pergunta, e depois a outra pergunta nós vamos responder.

**PAULO MONTES** – Olha só, pelo que eu entendi, o senhor se referiu a uma obra do GNL com a GDK aqui no Município de Magé, não é isso? Certo. O senhor pode explicar exatamente o que aconteceu, porque eu não tenho conhecimento, eu não sou encarregado direto dessa obra, não tenho conhecimento exatamente do que aconteceu.

**MÁRIO DIAS** – Bom, ano passado a diretoria da GDK chegou lá no Patrimônio Histórico.

**PAULO MONTES** – Patrimônio Histórico de Magé.

**MÁRIO DIAS** – Na primeira estação do Brasil, onde a associação ocupante Guia de Pacobaíba resiste uma comunidade, nós ocupávamos os dois lados. Reivindicamos primeiramente a revitalização do patrimônio, e o déficit de moradia no município e no país. Aquilo era cheio de mato, abandonado, e nós entramos lá para isso. A GDK chegou com um papo que os moradores não conversassem com nenhum representante da Comissão da Associação, que eles iam resolver o problema de moradia deles. Então eles foram negociando, quando os moradores viram que não era isso, chamou a associação, e aí, tem no jornal O Globo Baixada, data, denúncia da comunidade, que era para cortar a cabeça do Sr. Mário Dias, que sou eu. E foram lá aterrorizando todos os

moradores. E uma luta, que desde 1999 nós estamos lutando, pessoas fizeram essa lutar virar seis mil reais e estão pagando aluguel, porque ficaram com medo desse empreendimento da Petrobras, e que essa sub-empresiteira está lá a domínio da Petrobras. Então aconteceu isso, as famílias estão passando sufoco. Então, a gente está vendo o rapaz que perguntou da Ana Clara, e vocês responderam para ele que o empreendimento vai dar a eles o direito de, dar condições de negociar a casa deles numa boa, tudo legal, mas não foi assim que foi feito lá em Mauá.

**PAULO MONTES** – Está certo. Então o senhor está oferecendo uma denúncia. Olha só, é importante esse canal, para a gente tomar conhecimento de irregularidades. Nós vamos sentar com o senhor, saber exatamente quais famílias foram desalojadas, por quanto, para onde e por que? Eu queria deixar claro o seguinte, a Petrobras tem um 0800 e uma Ouvidoria, qualquer um que se sinta atingido, é para exercitar e ligar. O que me aparece do 0800 eu respondo e tomo providência. Agora, olha só, volto a frisar mais uma vez, esse fato é lamentável, não sei exatamente o que ocorreu, o senhor está explanando, para se ter detalhes tem que levantar exatamente quais famílias foram removidas, para a gente levantar. Agora, a questão é a seguinte, tem que ser exercitado também os canais de denúncia pertinentes, porque esse assunto não é dessa Audiência Pública, a Audiência Pública é do Gasduc 3, que a gente está num processo de licenciamento. Agora, a audiência é aberta para a população também reclamar aquilo que está havendo de errado no município. E a gente quer saber exatamente quais famílias foram removidas, da onde, para onde e por que, para tomar alguma providência ou saber o que aconteceu aqui em Magé, que pelo visto tem alguma empresiteira usando de poderes fortes em cima de alguém, que morador de uma região histórica, se não me engano, e que vocês tinham alguma luta. A gente vai pegar o seu nome, e vamos levantar exatamente quais famílias foram prejudicadas, está certo?

**LUIZ HECKMAIER** – Resposta da pergunta em relação a FEEMA que o senhor fez.

**JOSÉ ALENCAR** – Seu Mário, a avaliação desse estudo foi analisada por uma equipe de técnicos altamente qualificada, profissionais com muitos anos de experiência na área. Nós não trabalhamos com hipótese de informações de jornais, de revistas e Internet simplesmente, nós temos experiência comprovada. Os técnicos são reconhecidos. O

senhor tem todo direito, caso duvide, de entrar no Ministério Público e abrir um processo para verificar a nossa integridade e a nossa honra. Ok?

**RENILDA JARDIM** – Pela ordem. Posso?

**LUIZ HECKMAIER** – Não, um momentinho só, por favor. É sobre, já foi respondido.

**RENILDA JARDIM** – Posso? Eu ou ele? Porque a mesa está completamente desorganizada ou perdida, porque eu fui a primeira a fazer a minha inscrição nessa mesa, e até agora não fui chamada para fazer a minha pergunta, e muito menos colocação. Nós fomos chamados aqui para a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental e discussão, e nós até agora só assistimos a apresentação, discussão que é bom, nada. O senhor poderia decidir se é eu ou ele?

**LUIZ HECKMAIER** – Eu quero dizer à senhora, que no início das perguntas, aqui da segunda parte, nós explicamos que nós dividimos as perguntas por bloco, nós temos 150 perguntas que foram elencadas. Nós juntamos todas as perguntas, de modo a poder facilitar o trabalho, então é esta forma que nós trabalhamos dessa maneira. A tua pergunta realmente está aqui, ela será respondida e a senhora terá a oportunidade de usar a palavra sim, nós não estamos negando o uso da sua palavra. Só espero que a senhora tenha um pouco de paciência, para nós podermos continuar.

**RENILDA JARDIM** – Eu lhe agradeço, mas a minha intervenção ainda não é com relação a minha inscrição, é com relação ao tema que está em discussão. Eu queria que o senhor decidisse quem é que fala agora nesse momento, porque os dois pediram para fazer o uso da palavra, nessa questão desse tema. O senhor vai decidir, é eu ou ele? É isso que eu preciso que o senhor organize.

**LUIZ HECKMAIER** – É sobre acidente?

**RENILDA JARDIM** – Sim senhor.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor.

**RENILDA JARDIM** – Eu ou ele?

**LUIZ HECKMAIER** – A senhora, depois a gente vai ceder.

**RENILDA JARDIM** – Obrigada. O que mais me espanta aqui, com relação a FEEMA, é a rapidez com que ela trabalha, com relação aos órgãos federais ou os outros órgãos do governo. Porque o senhor informou para a gente ali, que a empresa deu entrada no dia 31 de agosto de 2007, em oito dias vocês apresentaram o estudo e apresentaram aí, liberaram a licença da FEEMA. Muito cuidado com isso, porque o Município de Magé hoje tem várias pedreiras que vem recebendo aí liberação da FEEMA, estão dando tiros em nossas comunidades, por causa da liberação a toque de caixa que a FEEMA vem fazendo. Então, eu fiquei espantada quando o senhor falou ali, que em oito dias o senhor liberou a licença ambiental, para que a empresa pudesse estar desenvolvendo as suas ações. Isso me chamou a atenção. E volto a dizer que eu estou inscrita nessa mesa.

**PAULO CÉSAR** – Olha só, eu não sei se ela estava lendo os meus pensamentos ou se a gente veste a mesma camisa, porque realmente era esse o assunto pertinente. No dia 31 de outubro deu entrada na FEEMA, e no dia 08 de novembro ela já deu ok dando a situação, vocês são muito capacitados realmente, muito parabéns para vocês.

**JOSÉ ALENCAR** – Olha só, em 15 de janeiro de 2007, a Petrobras entrou com um processo de requerimento da Licença Prévia na FEEMA, 15 de janeiro de 2007, nós estamos em, hoje é dia? 11 de fevereiro e ainda não foi expedida a licença requerida em janeiro de 2007. Vocês podem nos ajudar a realizar esse pleito. Muito obrigado.

**LUIZ HECKMAIER** – Vamos passar agora, mão-de-obra. A pergunta da Valdirene Couto Raimundo. Foi falado em uma grande quantidade de empregos, gostaria de saber se pelo menos vai sobrar algum para os moradores de Magé, já que para Magé só é lembrado nessas ocasiões ou em grandes escândalos. Como é que a população de nossa cidade, Magé, deve se preparar para este empreendimento e emprego, principalmente com a Petrobras? Será possível que nós moradores, envolvidos com esse projeto, com ajuda, será que os moradores envolvidos nesse projeto serão beneficiados com cursos grátis fornecidos pela Petrobras? É a pergunta do Normando Miranda Lopes. Valdenir Castro Raimundo. Teve um concurso do COMPERJ em julho de 2007, fui classificado e

o curso até agora não começou, curso de carpinteiro de formas, e a minha situação, o curso vai sair? Trabalharei nesse projeto? O Paulino da Penha, ele pergunta: precisamos de atenção da mão-de-obra local, como compensação dos problemas causados da poluição decorrente do vazamento de dutos da Petrobras. O Valmir dos Santos Francisco. Petrobras, com esse projeto há possibilidade de realizar emprego para o povo de Magé? Leonardo da Conceição. Como vocês explicam os motivos de faltar emprego nos cinco distritos? Nossa empresa e a GDK, pouco são os pescadores que trabalham nela. Vocês tem mais empregos para os pescadores e a sociedade? Tiago Carvalho Vidal Lima. Para mim que estou fazendo curso de Qualipetro, fazendo curso de inglês e tenho curso de informática completo, assim eu tenho mais chance de conseguir um emprego na Petrobras quando entregar o meu currículo? Antônio Bezerra de Souza. Queria saber se eu, com o primeiro grau escolar, tenho condições de fazer o concurso neste ramo do gasoduto aqui em Magé, e onde?

**LUIZ HECKMAIER** – Wantuir Perpétuo. Moradores dessa localidade estão sendo beneficiados com empregos e outro benefícios, como a qualificação profissional, em condições de continuar contando com a manutenção do trabalho e vida? Hugoberto Pereira Cássio. Gostaria de saber se vocês já tem algum plano de qualificação de pessoal, como por exemplo, alguns cursos específicos da área, para que possa haver geração de empregos na comunidade? O Geraldo. Vocês vão dar emprego para os pescadores? Júlio César dos Santos. Por que não foi mostrado como serão cortados os rios, com a mão-de-obra, principalmente do rio Macacu, porque ele é um dos rios com tanta importância quanto os outros? Alcir de Souza Azevedo. Quais são as possibilidades de nós, moradores locais, ingressarmos nesse empreendimento? Paulo César de Souza Rodrigues. Gostaria de saber se a Petrobras irá oferecer curso profissional para os moradores nas áreas em questão, para que consigam um trabalho digno? A Jéssica dos Santos Costas. Terá algum projeto de Primeiro Emprego, como será? Geraldo da Silva. Como serão selecionados os trabalhadores? Por favor então, o representante da Petrobras, que respondesse as perguntas relativas ao bloco de mão-de-obra e emprego.

**PAULO MONTES** – São várias perguntas aqui com relação a mão-de-obra. Evidentemente que as empresas que, a própria GDK já se instalou aqui para uma outra obra, e seguidamente também, a construção desse duto também vai haver outras

empreiteiras trabalhando aqui. Há absorção de mão-de-obra local, evidentemente, tem até uma pergunta de treinamento aqui, quanto mais preparada a pessoa, mais probabilidade ela tem de ser aproveitada na obra. Também, o aproveitamento tem que ser considerado, muitas vezes não é só com relação a quem está empregado diretamente na empreiteira que faz a obra, mas a empreiteira que faz a obra também compra mercadorias, absorve serviços também da comunidade, nem que seja uma padaria, ou aluga uma casa para uma república, ou alguma coisa desse tipo e também tem algum benefício das pessoas que estão morando no local, no período da obra. Com relação a qualificação, a gente tem alguns programas, o PROMINP, exatamente, eu não sei como é que foi o PROMINP, se a gente chegou a, espera só um instantinho. A Petrobras também tem um programa chamado PROMINP, que fez a seleção ao longo do ano, para fazer cursos de formação, eu não sei se especificamente alguém aqui de Magé passou no concurso, mas ele era aberto, ele era geral. E tem também a questão da qualificação do Pólo Petroquímico, que também está saindo e foi feito programa também de qualificação nessa região em torno do Pólo Petroquímico, até uma pessoa citou isso aqui, que passou na prova, e que também é outra oportunidade de obtenção de emprego, numa distância razoavelmente perto aqui do município. Então, são várias iniciativas, agora, efetivamente assegurar emprego para alguém, isso é difícil, porque isso demanda a empresa que vai se instalar, a qualificação das pessoas e isso aí, de qualquer maneira, a preferência, evidente, é de contratar mão-de-obra local, porque facilita todo mundo, trabalhar perto da onde mora, está certo?

**CARLOS MENEZES** – Dr. Paulo Montes, eu gostaria de fazer uma sugestão. Aqui, aqui na mesa, doutor. Carlos Menezes, Secretário de Meio Ambiente de Magé. Eu queria aqui fazer uma sugestão e também já colocar a disposição da Petrobras, a nossa rede municipal de ensino. A gente poderia, juntamente com a Petrobras, verificar o período que essas escolas estiverem ociosas, e a Petrobras colocar os cursos profissionalizantes para a população. A gente podia fazer essa parceria e dar a qualificação que a mão-de-obra local precisa. Eu acho que essa parceria só tinha aí a somar. A Petrobras disponibilizaria toda a parte do curso e a Prefeitura entrava com o local, ok?

**PAULO MONTES** – Esse seu oferecimento é bem vindo, a gente pode chegar, em outras obras da Petrobras a gente já teve esse tipo de treinamento, a Prefeitura entrou

com uma estrutura física e a gente entrou com uma parte de formação de instrutores. E eu não vejo porque não tentar isso aqui num entendimento com a Prefeitura. Não vejo problema nenhum, isso já é praxe. Agora, a gente também tem uma pessoa aqui do COMPERJ, que também pode falar alguma coisa, é o Rafael, que ele também pode falar alguma coisa sobre o que está sendo feito em termos de concurso e treinamento para o COMPERJ. Espera aí só um minutinho. Um microfone para ele. Daniel, por favor, dá a sua contribuição aqui.

**DANIEL** – Paulo, vou falar aqui um pouquinho do COMPERJ. Fizeram uma pergunta em relação ao carpinteiro. Hoje o licenciamento é sobre o gasoduto Cabiúnas-Reduc, mais a frente a gente vai ter uma Audiência Pública com relação ao Complexo Petroquímico, mas houve uma pergunta especificamente do centro de integração, então a gente está qualificando aqui na região 500 pessoas, qualificamos 80 pessoas aqui de Magé, e algumas turmas ainda estão sendo formadas. Já treinamos 80 pessoas no curso de carpinteiro, de pedreiro, e nós estamos chamando a turma de carpinteiros. Então, eu não sei quem fez a pergunta inscrita para a mesa, mas eu estou aqui na frente, quem tiver a dúvida, eu posso tirar a sua dúvida. Porque é um caso individual, para saber exatamente qual é a classificação que você ficou, para ver qual é a probabilidade de você ser chamado ou não. Obrigado.

**PAULO MONTES** – Obrigado pela resposta.

**LUIZ HECKMAIER** – Está registrada aqui também a sugestão do Secretário de Meio Ambiente de Magé, com relação ao programa em parceria junto com a Prefeitura, junto com a Petrobras. Sobre esse assunto, sobre o bloco. No microfone, por favor.

**PAULO MONTES** – Um microfone, por favor.

**ALCIR DE SOUZA** – Eu sou Alcir de Souza, pescador. Eu queria saber sobre o risco do gás na seguinte forma. Ele falou que o risco foi calculado, recalculado, recalculado de novo, não tem como, vai sumir na poeira, não vai ter efeito nenhum. E o oleoduto que entornou na Baía de Guanabara, como é que foi feito o risco? Será que foi recalculado, recalculado, recalculado? Entornou e até hoje, e aí?

**LUIZ HECKMAIER** – Eu gostaria de esclarecer o seguinte, o acidente, está registrada a sua pergunta, a sua intervenção, mas gostaríamos de dizer o seguinte, o acidente que o senhor está se referindo foi um acidente no ano de 2000, de lá para cá a tecnologia melhorou bastante. Então, só um instantinho por favor, então, o assunto nosso hoje é sobre o gasoduto aqui da Petrobras, é outro assunto.

**ALCIR DE SOUZA** – É uma bomba, é uma bomba. O navio que vai ficar com o gás liquefeito lá na plataforma, esperando quando faltar o gás para liquefeito, aquilo é uma bomba atômica ali. Vocês, será que vocês não perceberam isso ainda não?

**PAULO MONTES** – Olha só, a colocação do senhor é pertinente.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, um instantinho só, as respostas, por favor. Foram feitas as perguntas, vamos deixar o representante da Petrobras responder, de tal maneira que possam ser esclarecidas aqui todas as dúvidas. Eu peço um pouquinho da paciência dos senhores, muito obrigado.

**PAULO MONTES** – A colocação do senhor é pertinente, olha só, esse assunto do acidente realmente é um assunto difícil, eu sei do prejuízo para o meio ambiente, a Petrobras tem vários processos com relação a isso. Não sei bem detalhes das tentativas de mitigar o acidente. Agora, se comparar o processo daquele duto de óleo que vazou, ele foi um duto construído a 15 ou 20 anos atrás, licenciado inclusive sobre outras legislações e outras metodologias. Inclusive por causa daquele acidente, muito se fez em relação a dutos e a critérios muito mais rigorosos para se licenciar dutos no Brasil. Quer dizer, aquilo é uma virada na história, do que se fazia antes e do que se faz hoje. Então, olha só, quando a gente coloca aqui, é uma fatalidade, é triste, é, o acidente é triste e não é fácil para ninguém. Agora, a questão é a seguinte, a proposta que a gente está colocando aqui de licenciamento, é infinitamente superior em termos de critérios, do que aquilo que foi feito a 20 anos atrás. O mundo evolui e a técnica evolui, e não ficou parado no tempo, nem o órgão ambiental, que passou a cobrar muito mais detalhes do que seria transportado, construído, montado, como, o que e para quê? Como também do próprio empreendedor pela sua responsabilidade, porque a Petrobras não está aqui para construir duto que vai vazar, não faz parte do contrato social dela com o país. A Petrobras está aqui para atender as pessoas do país, para trazer energia para as pessoas

do país, para que o país se desenvolva, não está aqui para poluir o país, a Petrobras não está aqui para isso. Evidentemente aconteceu o acidente, ele pode estar menos ou mais mitigado, ou resolvido a situação com a comunidade de vocês, eu acho que é um direito democrático de vocês protestarem todos os dias da sua vida, sobre aquilo que vocês se sentem lesados. Agora, o processo de licenciamento aqui é totalmente diferente do que foi feito a 20 anos atrás para aquele duto que vazou na Baía de Guanabara. Por isso que a pessoa chega aqui, o Consultor de Análise de Risco, eu respeitei os senhores quando os senhores falaram, vocês podem me respeitar? Por favor! Então, olha só, é um processo totalmente diferente, uma técnica totalmente diferente daquilo que aconteceu aqui, inclusive com o próprio produto, que lá era um óleo que passava lá, e aqui é um gás, isso daí também, isso na Análise de Risco, na apresentação do Consultor aqui, ficou evidente a diferença das duas coisas que a gente está transportando. Hoje passa um duto, um gasoduto dentro do Município de Magé, que já deve ter uns 20 anos, e vocês nunca ouviram falar de alguma coisa com esse gasoduto. Exatamente o mesmo gasoduto que a gente vai botar aqui dentro, já passa um aqui a vários anos. Então, olha só, são figuras completamente diferentes. Isso não isenta a necessidade de vocês se expressarem, o aborrecimento de vocês com o vazamento, é uma forma legítima de vocês estarem reclamando, eu estou aqui, a minha obrigação é ouvir todas as reclamações dos senhores, está certo, e atender tudo o que eu puder atender. Agora, comparar essa questão do risco de uma coisa com a outra, são dois, volto a dizer, são dois processos inteiramente diferentes em estágios no tempo, inteiramente diferentes, com produtos inteiramente diferentes, inclusive o que a gente está propondo botar aqui, volto a dizer, é alguma coisa que já passa no município de vocês, provavelmente noventa e tantos por cento da população, a maioria nem sabe que passa aqui dentro, porque também, na época que fizeram esse duto, não existia esse tipo de processo de Audiência Pública, é uma coisa anterior a esse tipo de evento que a gente está fazendo aqui, e é um evento democrático que a gente está aqui para discutir e ouvir vocês, e dar todas as respostas que vocês precisarem para ficarem tranquilos, porque a gente não está propondo nenhuma temeridade aqui dentro. Obrigado.

**JÚLIO CÉSAR** – Com licença Sr. Paulo Montes, posso ter a palavra agora, por favor?

**LUIZ HECKMAIER** – Então, por favor, um microfone ali.

**JÚLIO CÉSAR** – Eu já estou com o microfone já, muito obrigado. Eu estou falando para o Sr. Paulo Montes. Sr. Paulo Montes, graças a Deus nós vivemos num país globalizado, mas o senhor entrou num detalhezinho que para mim é um absurdo cara. Você falou que o vazamento de 2000 não tem nada a ver com o GNL, tem sim. O GNL, o GNV, o que seja, é da Petrobras, a Petrobras tem uma dívida conosco, puxa, isso é um absurdo cara! Vocês estão esperando nós morrermos para pagar, para indenizar a nós? Eu acho que não é possível cara. Eu estive na outra Audiência Pública, eu acho que falei mais que os senhores todos aqui. Os senhores só diziam assim, eu não estava a parte disso, eu não estava sabendo. O senhor sempre está falando que não está a parte, me responda agora, o senhor não está a parte não?

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor a pergunta, um microfone ali.

**ALEXANDRE** – Sr. Paulo Montes não é?

**LUIZ HECKMAIER** – Eu gostaria que fosse rápido, porque nós temos muitas perguntas aqui, por favor.

**ALEXANDRE** – Correto. Sr. Paulo Montes, fica difícil nós pescadores esquecermos do vazamento de 2000, a gente vive o cotidiano, é ali que a gente tira o nosso sustento, e cada dia a gente está vendo o declínio da nossa pesca, a captura cada vez está ficando menor, e hoje nós sabemos, por favor, nós sabemos que a Baía de Guanabara é uma planta industrial da Petrobras, só que vocês já entraram na nossa área de trabalho, agora estão entrando no nosso quintal. Então, nós temos que questionar sim, é legítimo. Nós sabemos que isso tudo são fragmentos de um grande planejamento. Estrategicamente eu sei que a Petrobras, ela fragmentou isso, por uma questão até mesmo de uma possível reparação, a indenização de 10 milhões de pessoas, fica mais fácil fragmentar os projetos, que são tudo interligados, nós sabemos que os projetos são interligados, seqüenciados. Então, o senhor até me desculpe pegar algum excesso aqui, mas o excesso maior é o nosso cotidiano, é a nossa vivência, a gente não conseguir tirar o sustento e a busca de causa de cada dia da nossa pesca, nossa vida no cotidiano.

**LUIZ HECKMAIER** – Está registrada a sua intervenção, vai ter em seguida aqui um conjunto de perguntas só sobre a pesca, antes nós vamos fazer quatro perguntas que

chegaram a mesa sobre programas sociais. Então a dona Renilda Jardim pergunta: Quais as ações da Petrobrás na área de. A senhora vai responder, um momentinho só por favor, eu não passei a palavra a senhora ainda, eu vou ler a pergunta que a senhora fez, em seguida a senhora vai falar. Está registrado minha senhora. Pergunta que a senhora fez: Quais as ações da empresa na área responsabilidade social com relação ao Município de Magé. E qual a contrapartida da empresa para com o Município? Participação oral, por favor, microfone para a dona Renilda.

**RENILDA JARDIM** – Muito obrigado! Meu nome é Renilda Jardim, eu sou Presidente da Associação de Moradores de Suruí, aqui no Município de Magé, sem quere desrespeitar os outros Municípios, que certamente estão passando as mesmas necessidades que nós, nós como moramos aqui, obviamente que temos que nos reportar aos problemas que nós vivenciamos. Uma coisa que eu gostaria de registrar aqui é a falta de respeito da empresa Petrobrás com as instituições locais. Ela primeiramente vai as comunidades, e se coloca de uma maneira muito simples, muito técnica às vezes, em que a população não entende a tal linguagem, porque que ela não recorre as autoridades locais, faz uma reunião separadamente para esclarecer todas as dúvidas que a população está tendo, isso é uma coisa que me intriga muito. Então eu trago como exemplo aqui essa falta de respeito, porque se não fosse alguns contatos também que eu andei fazendo, a associação de pescadores do local também nem estaria aqui, porque eu me espantei quando eu perguntei se a associação de pescadores tinha sido mobilizada para esse encontro. E a resposta gente foi terrível, foi dito que isso não era um assunto para pescadores, e agora eu estou aqui, e estou entendendo porque a Petrobrás não queria os pescadores aqui, porque estão devendo vocês, porque ela está devendo vocês. É a terceira linha de dutos, e a gente fala ali, a gente está discutindo um relatório de impacto ambiental, em que nós só tomamos conhecimento agora em 25 minutos, ele tem 900 páginas se eu não me engano, eu me dirigi ali para poder ter acesso a um, porque é muito importante que a gente tenha em mãos o relatório de impacto ambiental, porque sem ele nós não temos condição alguma de fiscalizar as ações dessa empresa em nossas comunidades, porque ali é que está contida a responsabilidade da empresa para com o social, porque a população não está correndo só risco de meio-ambiente não, está correndo risco de vida, está correndo o risco de meio-ambiente, está correndo o risco social, e a empresa está muito à quem disse. Nós estamos tendo muitas perdas aqui com relação ao Município de Magé especificamente falando. Nós estamos perdendo trabalho

e renda, nós estamos perdendo royalties do petróleo, nós estamos perdendo curso de qualificação, nós estamos perdendo projetos sociais, nós estamos perdendo gás natural, porque nós estamos levando gás para outros Municípios, mas nem gás natural nós temos, se quisermos abastecer nossos veículos temos que ir para bem longe daqui, nós estamos perdendo demais com o desastre ecológico, que foi muitas vezes citado aqui, e isso é que vem demandando hoje toda a nossa indignação com relação a Petrobrás, porque ela evoluiu tecnicamente, mas ela não reparou o erro dela até hoje com o Município de Magé. Porque se ela reparou nós não sabemos, nós da sociedade civil organizada, alguém então ficou com o dinheiro e nós não sabemos. E nós queremos aqui hoje é transparência, nada demais, nós não queremos ir contra a empreendimento nenhum, porque nós sabemos o quanto são importante esses empreendimentos para a nossa cidade, tão carente, tão sofrida. Então precisamos de mais transparência com relação a esse relatório de impacto ambiental, e seria ali as responsabilidades sociais dessa empresa para com o nosso Município, porque ela fala, fala, fala, mas ela não diz quando vai fazer, o quanto ela vai fazer, ela não tem uma meta de realizações de suas ações para com o social na nossa comunidade. E é um Município que vem crescendo assustadoramente com relação a miserabilidade social, prova disso são as enormes filas que se formam nas padarias comunitárias que nós temos aqui na nossa cidade, isso é um sintoma que o nosso Município não vai bem, que o desemprego está crescendo, e está crescendo porque não temos mão-de-obra qualificada para podermos estarmos inseridos nessas empresas que estão vindo realizar obras. Nessas linhas de dutos, quando as empresas chegam gente, já chegam com a mão-de-obra. Ali no relatório de impacto ambiental está dizendo que serão priorizadas as mãos-de-obra da comunidade, mas nós não vimos isso no passado, por isso que nós temos que ter o relatório em mãos, porque nós temos que cobrar cada item que está ali, porque a empresa costuma botar no papel uma coisa e fazer outra completamente diferente. Ela desrespeita as instituições sim, ela desrespeita as comunidades, ela faz ingerências, existem inúmeras ações de instituições contra a empresa Petrobrás por causa de invasões irregulares, sem indenizações. Então o papel aceita tudo, mas nós não, nós não aceitamos, nós não somos marinheiros de primeira viagem, nós já sofremos demais, já tivemos muita perda, então vamos discutir essa questão mais a fundo, com seriedade, com metas, porque nós queremos saber tudo a respeito do que vai acontecer, sem sermos contrários ao desenvolvimento do nosso município. Então, a pergunta que eu quero deixar, uma: quais são as ações de responsabilidade social com relação ao Município de Magé? E qual é contrapartida da

Petrobras para com o Município? Porque até agora não ficou claro aqui, quanto Magé vai receber da Petrobras, com relação a esse grande empreendimento que vai sair esburacando a nossa cidade. Ou ela vai vir aqui, vai cavar tudo e vai ficar por isso mesmo, e o Município não vai ganhar nada em contrapartida? Porque ele já perde com os royalties, e nós perdemos, porque esse dinheiro dos royalties são gastos sem critério, sem prioridade. Porque bastamos andar por onde vivem, por passam os dutos da empresa, que nós vamos ver como que essas comunidades estão desassistidas, abandonadas, sem qualidade de vida nenhuma, vivendo na lama pelos buracos que a Petrobras costuma deixar. Muito obrigada.

**PAULO MONTES** – Olha só, com relação a primeira.

**LUIZ HECKMAIER** – Gostaria de pedir silêncio.

**PAULO MONTES** – A primeira questão, a gente já colocou aqui que a gente está junto com o Secretário, vamos chegar a algum entendimento sobre programa de formação de mão-de-obra, certo, já foi colocado aqui nessa Audiência Pública. É importante essa questão de formação de mão-de-obra, a gente compreende isso, porque é o início de tudo, é como de repente, você pode melhorar a situação de algum lugar, com formação de mão-de-obra. Com relação a alguma coisa mais específica com relação a convênio, o Secretário também pode aqui também ajudar a gente a esclarecer. A gente já teve algum contato com a Prefeita de vocês, evidentemente, discutindo isso daí, foi uma coisa que ela colocou para a gente, com relação às obras que viriam daqui, e a gente discutiu já algum, tem algum entendimento com relação a isso, basicamente fornecimento de asfalto, isso daí foi uma coisa que foi discutida. Evidentemente não está oficializada, não foi uma coisa ainda colocada, mas o Secretário participou desses entendimentos, ele pode até de repente complementar alguma coisa. Infelizmente não conseguimos chegar ainda, houveram fatos nesse meio caminho, desagradáveis e que atrasaram um pouco o nosso cronograma.

**CARLOS MENEZES** – Bem gente, olha só, deixa eu esclarecer uma coisa aqui. Na verdade, alguns companheiros que estão aqui sabem o quanto eu venho lutando aí, para estreitar o relacionamento do Município, de uma forma geral, com a Petrobras. É claro aqui o meu lado, vamos colocar dessa forma, eu acho que a Petrobras tem muito ainda

que reparar aqui no nosso Município, tem muito ainda não, tem muito que reparar, porque na verdade, duas estações de tratamento não pagam o estrago que ela causou ao Município, eu entendo. Nós estamos sim conversando com o pessoal da gás e energia, apresentamos alguns projetos, como a revitalização total do píer da Piedade, para facilitar a chegada e a saída de embarcações, estamos reivindicando também a construção do píer de Mauá, de Olaria, que venha a facilitar, de uma certa forma, os pescadores. Nós apresentamos, na verdade, um projeto chamado “Renasce Magé”, que é um projeto muito grande dividido em módulos. Esse projeto, eu levei a proposta à Petrobras, para que fosse observado uma compensação ambiental, não aquela que a Lei do SNUC estabelece, mas sim um plus, por conta de todos esse impactos que o Município vem sofrendo. Esse grande projeto, ele foi dividido em módulos, como eu falei, e foram eleitos pela Prefeita Municipal, juntamente com a Petrobras, aqueles que tinham maior viabilidade, por conta do GNL. Isso está sendo discutido, esbarramos em uma prestação de contas da época da Narriman, aquelas estações de tratamento. Então eu tomei a frente disso, porque isso não tinha absolutamente nada a ver com a Secretaria de Meio Ambiente, mas eu pulei a frente disso para tentar resolver, e cumprimos aí com todas as questões colocadas pela Petrobras, as restrições, etc. e tal. Estamos aguardando agora a sinalização da Petrobras, da comunicação, para a gente conseguir aí encerrar esse convênio, para a elaboração de um novo. Hoje pela manhã, nós tivemos uma reunião, uma apresentação, eu estive lá com a Leila, e uma das questões que eu coloquei, que todos esses programas e projetos, que a gente só ouve falar nas audiências públicas, mas que ninguém vê depois que ela acaba e que a Petrobras consegue a licença, que a gente possa juntos, a sociedade civil organizada, o município, a prefeitura municipal, o poder público municipal, interagir juntos na implantação, na elaboração desses programas e projetos. Eu acho que é isso que a gente sente falta, a Petrobras, acredito que está nos ouvindo, eu acho que o momento do Município é esse, tanto para a comunidade pesqueira, quanto para as outras comunidades, para os outros locais, para a área do turismo, enfim, eu acho que o momento agora é estreitar um relacionamento com a Petrobras. Se eles não ouvirem a nossa voz, a gente parte para um outro lado, mas eu acho que o momento agora é sentar e discutir, e isso eu estou empenhado e tenho feito bastante, e não esqueço nunca nenhuma área, estou sempre vendo a parte do turismo, a parte da comunidade pesqueira, a parte das questões ambientais. Eu preciso novamente, como eu já solicitei várias vezes ao Pelé, ao meu amigo Alexandre, que estejam mais junto a Secretaria de Meio Ambiente. Abri as portas para que colocassem

um representante de vocês lá dentro da Secretaria, porque lá a gente faz as coisas bem às claras, eu acho que o Alexandre pode certificar isso, para que a gente possa juntos, estar cobrando, solicitando à Petrobras o que a gente entende como medida mitigadora, como medida compensatória desde 2000. Então, estamos discutindo sim, estamos discutindo a questão também da pavimentação de algumas ruas e de saneamento básico ambiental, estamos discutindo com a Petrobras. Estamos esbarrando em algumas coisas administrativas, burocráticas, mas estamos caminhando, talvez não aos passos que a gente precisa, mas eu acho que nunca houve assim, um indício de um futuro, uma perspectiva tão grande como eu vejo dessa forma. Eu cobro muito da Petrobras, entendo que também a Petrobras, de uma certa forma, atendeu a pedidos de pessoas questionáveis, e que colocou ali o que a gente, talvez com certeza não era a necessidade do momento. Hoje eu tento, a todo custo estreitar um relacionamento, um bom relacionamento com a Petrobras. Espero que a Petrobras nos ouça e também queira esse estreitamento, e que a gente possa juntos estar aí atendendo essa demanda, essa necessidade que o povo está, de uma observação melhor por parte da Petrobras.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, tem mais algumas perguntas ainda.

**RENILDA JARDIM** – Só uma pergunta para questão de esclarecimento, por gentileza, ao Secretário de Meio Ambiente, pode ser?

**CARLOS MENEZES** – Pode, claro.

**RENILDA JARDIM** – Essa negociação que o senhor está dizendo que vem fazendo junto a Petrobras, gostaria de saber se o resultado dela vai constar no Relatório de Impacto Ambiental, para que a gente possa acompanhar? Porque hoje o senhor é governo, amanhã nós não sabemos, e o relatório tem que ficar conosco, está certo? Eu torço pelo teu sucesso, mas nós temos essa preocupação.

**CARLOS MENEZES** – Excelente. Olha, eu queria parabenizar pela sua fala, foi tudo o que eu acho que eu tentei aqui, de uma forma explicar. Primeiramente eu queria parabenizar. É verdade isso, o Termo de Compromisso que é assinado por esses empreendimentos, e eu gostaria de pedir ao colega da FEEMA, que fosse-nos enviado uma cópia, porque isso é muito difícil de conseguir, eu tenho tentado, eu já consegui a

LI do GNL, mas o Termo de Compromisso que a Petrobras assina, que o empreendedor assina, isso é difícil, e isso tem que ser passado para vocês. Eu espero ter na Secretaria para poder passar para vocês. É verdade, hoje estou aqui defendendo, a pessoa que virá amanhã, não sei se terá esse mesmo empenho, mas a gente tenta, e se eu não estiver aqui, vou estar aí com vocês desse lado aí, cobrando a quem estiver aqui. É verdade, a gente precisa solicitar isso aí, brigar por isso aí realmente fica uma deficiência. Essa negociação que está sendo feita, essa solicitação feita pelo município, desculpa, não é, não faz parte da medida mitigadora, dos programas e projetos sugeridos no EIA-RIMA, e nem faz parte da compensação ambiental, que malandramente, desculpe aqui, o Secretário criou lá a Câmara de Compensação Ambiental, e vai para lá, para ele dar para quem ele quiser. Eu sou completamente e radical contra isso aí, eu acho que é um absurdo, porque a gente não consegue nunca resolver essa questão. Eu estou tentando lá, já enviei alguns projetos para a Câmara de Compensação do Estado, estou aguardando uma resposta, cobro todo dia e não tenho resposta. Mas isso não faz parte tá, essa negociação não faz parte dessa compensação prevista por lei e as medidas mitigadora previstas, isso é um plus que a gente está solicitando, por conta de um histórico negativo com a Petrobras. Então, cada empreendimento desse a gente vem discutindo, e a Petrobras, eu não posso negar, está sensível a isso. A gente está esbarrando em algumas questões de governos anteriores, que eu não vou aqui citar nomes, mas o governo está empenhado, a Secretaria de Meio Ambiente está empenhada em resolver. Cumprimos aí com tudo o que foi solicitado pela Petrobras, e espero que o empreendimento GNL, a gente consiga trazer o asfalto que a gente pediu e o píer da Piedade, e que aqui no Gasduc 3 a gente consiga outras questões. E convido vocês, para juntos apresentem também propostas na Secretaria de Meio Ambiente, para que a gente possa levar para a Petrobras e cobrar a eles. Sou completamente solidário e companheiro de vocês. A porta da Secretaria de Meio Ambiente, lá não tem qualquer absurdo, não precisa ter agenda comigo, o Alexandre sabe disso, o Pelé sabe disso, todo mundo que vai lá, quando abre a porta da de cara com o meu gabinete, e entra todo mundo e fala todo mundo. Então, está lá à disposição, para quem quiser apresentar propostas e projetos, a gente vai analisar e se for pertinente cairá lá no colo da Petrobras e a gente vai brigar por isso.

**RONILDO SOARES** – Um momentinho, por favor, eu gostaria de poder falar aqui um pouquinho porque eu não estou agüentando mais. Só um momentinho por favor Sr. Luiz, eu já ouvi até agora, agora eu quero falar, por favor. Eu sou Presidente da

Associação dos Trabalhadores da Pesca de Magé e Guapimirim, e vou querer falar, porque o discurso está muito bonito, agora eu quero ver a coisa funcionar na prática. O discurso aí está maravilhoso, a coisa está bonita, o pescador levanta para falar e não pode. Agora eu gostaria de ver a coisa funcionar na prática. Seu Luiz, o senhor é da FEEMA, depois eu queria que o senhor me respondesse também, que em 2000 houve um grande vazamento de óleo, um milhão e oitocentos mil litros de óleo, e a FEEMA se apressou logo em liberar a Baía da Guanabara, que bonito! E eu fico pensando uma coisa, aqui tem ser humano sim, o pescador não tem que ser tratado como lixo não, ele tem que ser tratado como gente. E vocês aí ficam falando em GNL, GPL, e não sei o quê, e esquecem do ser humano. Nós sabemos que a Petrobras tem uma dívida sim, nós sabemos, um momentinho, nós sabemos que a Petrobras, ela tem uma dívida sim com o pescador, ela tem uma dívida. E toda vez, rodam para lá, rodam para cá, e começa a colocar prefeituras no meio, e eu começo a ficar preocupado, eu começo a ficar preocupado. Porque a coisa, ela não sai do papel, ela não sai do papel. Então, não é a primeira Audiência Pública que venho, não é a segunda, é várias audiências que nós estamos vindo, e muitas das vezes, parece que essas audiências públicas, elas não fazem questão de que os pescadores venham, que participem dela, para que a comunidade não possa participar, para que não possa externar o seu desejo, a sua vontade, a sua ansiedade. Vocês estão vendo muitas pessoas revoltadas aqui se levantando e falando, porque ganhar aí 15, 20, 30 mil é bom, e ninguém sabe o sufoco que as famílias dos pescadores estão passando nesse momento. Já colocaram lá quatro estacas lá e já está um sufoco danado, agora tem mais 370 para serem fincadas na Baía da Guanabara, cada vez mais estão reduzindo o nosso campo de trabalho, e onde é que nós vamos parar? Será que nós vamos ser bandidos? Será que nossos filhos vão ser bandidos? E quem é que está operando com isso? Então, gostaria que os senhores, que tem essa grande responsabilidade na mão, revissem a situação dos pescadores. Eu sei que vocês estão aí cumprindo com uma obrigação, a qual foi ordenada por uma chefia maior, de quem vem de cima, eu não estou culpando nenhum de vocês não, mas eu só estou aqui fazendo valer uma classe nossa que está sendo massacrada. É fácil para muito aí, chega em casa, vai no mercado lá, passa o seu cartãozinho e compra tudo, enquanto que os filhos dos pescadores aqui ficam na penúria, são luzes sendo cortadas, pessoas inadimplentes, pessoas com vergonha até de sair na rua. Então, eu quero dizer para vocês, eu sei, eu sou pai, eu tenho dois filhos, e muitos aqui são pais e chefes de família e estão passando por um momento muito difícil, e tudo isso piorou até do vazamento de 2000 pra cá.

Tem muita gente que está aqui ansioso para ouvir alguma coisa que o favoreça, para chegar em casa, para falar lá para a sua esposa e para os seus filhos. O momento é difícil, a gente não está aqui, ninguém saiu das suas casas e veio até aqui para ficar de brincadeira não, e nem estar sentado aqui esse tempo todo só ouvindo não. Isso daqui que vocês estão ouvindo um discurso de um pai já chateado, de um pai já revoltado, de um chefe de família que já não sabe mais o que fazer, não sabe mais o que falar para a sua esposa e os seus filhos quando chega em casa. Então eu gostaria que vocês pensassem e revissem essa situação do pescar. Meu muito obrigado.

**LUIZ HECKMAIER** – Está registrada aqui a sua pergunta. E vamos passar agora ao setor de pesca. Temos aqui 25 perguntas relativas a esse assunto. Eu vou ler todas as perguntas com relação a pesca e o nome das pessoas, todas as perguntas que foram feitas. O Márcio Cosme Barbosa do Carmo pergunta: como a Petrobras pensa em face da pesca na Baía de Guanabara, uma vez que a baía está poluída e com mortandade de peixes semanalmente? Cadê a FEEMA que não vê isso? Os pescadores estão sofrendo, estão sofrendo com o terminal do Boqueirão do gás. O Marcos Henrique da Silva. Como fica a situação da impunidade que vive diretamente a pesca na Baía de Guanabara? A Jorgina Maria Ferreira Nascimento pergunta: como ficarão as famílias que vivem do pescado e do caranguejo? Em relação à pesca e ao caranguejo, como será feita, o que será feito com as famílias ribeirinhas para onde o gás vai passar, como o caso do rio Roncador? Pois a Petrobras ainda não tem dúvidas de que os pescadores, pois a Petrobras ainda tem dúvidas com relação aos pescadores com o vazamento do óleo na Baía de Guanabara? A Almerina Couto Raimundo. Falando sobre impacto ambiental, gostaria de saber como vão ficar em relação ao derramamento do óleo ocorrido em 2000? Ninguém nada fala mais sobre o assunto, o povo merece resposta. Sirlei. Eu sou Presidente da Associação dos Moradores da Piedade e também represento a minha família que é quilombola, e também canto músicas sobre o meio ambiente e dou palestras nas escolas e sou pescador. Dílson Júlio Rangel. Eu gostaria de saber como é que vão ficar as pessoas que dependem do peixe, com o duto do gás? Como o duto do gás vai passar no mar e como seremos, como são as pessoas que dependem do mar para pescar? Francisco Gonçalves de Amorim. Como ficarão os pescadores prejudicados com o derramamento do óleo em 18/01/2000? Já se faz oito anos e até hoje a Petrobras só sabe recorrer. O Leonel Gonçalves. Petrobras, vocês a cada ano, ou melhor, a cada mês vocês colocam obras para vocês lucrarem em cima da sociedade dos

pescadores, vocês tem a capacidade, cursos para nós pescadores, quais seriam esses cursos para participar das suas obras? O Marcelo da Conceição pergunta: vocês só falam de projetos e etc., mas vocês nunca fazem nada em benefício dos nossos pescadores e da praia de Mauá, vocês tem emprego e um desses projetos pode proteger o pescador? O Leonel Gonçalves ainda, Petrobras cadê o nosso dinheiro de 2000? Até hoje eu e muitos pescadores sofremos por causa disso. Tem como você, uma explicação por esse motivo, como se explica? Queremos o nosso direito e dever, por isso estou passando até fome. Romildo Soares de Oliveira. Já foram instalados três ou quatro estacas pela Suzano Petroquímica, agora irão instalar mais 370, como fica a vida dos pescadores e suas famílias? Romildo Soares de Oliveira. A Petrobras está transformando a nossa comunidade de pescadores em uma construção social, prostituição, desculpe, prostituição social. Desculpe, mas eu não entendi a letra.

**LUIZ HECKMAIER** – Como fica a oferta de trabalho para os pescadores do local, reposição de material de pesca? Queremos um emprego. Josias Guimarães de Oliveira. Como fica a situação dos pescadores? Passo fome e sou pai de três filhos, estou com fome. Alexandre Ribeiro. As perguntas sempre são iguais, e a indenização de 2000 só vem de outros e nós pescadores que ficamos na pior, na verdade vocês estão tirando o nosso sustento, e aí Petrobras, quando é que vai nos ajudar? Alexandre Ribeiro. O Jailton. As obras vão para o nosso pesqueiro, as obras vem, o nosso pesqueiro, o pescado some, a minha família sofre com isso, porque é da pesca que eu tiro o meu sustento. E aí Petrobras como vamos ficar? Edvaldo Nascimento. Até onde a construção do gasoduto Cabiúnas-Reduc e de outras obras adjacentes afetará pescadores e catadores de caranguejo da região? O que a Petrobras pretende fazer para ajudar esses pescadores durante a realização da obra. Romildo Soares de Oliveira. A Petrobras já pensou na vida dos pescadores, que são mais de 80 famílias e que vivem direta e indiretamente, desculpe, desculpe, são mais de 800, 800 famílias que vivem direta e indiretamente e que vai implantar até Itambi? Exatamente, que vai do Ipiranga até Ibambi. Obrigado. O Sidnei Amaral. Como ficará a vida dos atuais e futuros pescadores durante as obras e após elas? Pois será a parte mais afetada. O Pedro João Gomes. O pescador não tem bem estar tão grande ou não vai deixar de lado a situação igual ao o acidente com o óleo no ano de 2000. Estou mais ou menos traduzindo o que ele escreveu. Paulo César Lopes Siqueira. Vocês acham que R\$ 700,00 e três cestas básicas pagam os pescadores pelo acidente de 2000? Porque até hoje sentimos na pele o que

falta de responsabilidade a Petrobras para com os pescadores, e para que a pesca não mais pescava a uns anos atrás, e que a pesca não mais se faz como nos anos atrás. É a pergunta do Paulo César Lopes Siqueira. Ana Clara de Almeida. Os pescadores, perdemos nossa área de trabalho porque está contaminada com óleo do anos de 2000, ou vai ser invadida pelo equipamento de suas obras. Pela saúde do equipamento de vocês, peço, acho que deveriam pagar os pescadores, ficariam elas por elas. Joselito Ferreira Ribeiro. Como será feita a remuneração dos pescadores, referente ao derramamento do óleo do ano de 2000 até o ano de 2008? Então ele está perguntando no período de 2000 até 2008, como será feita a remuneração dos pescadores? Rodrigo da Conceição pergunta: gostaria de saber na reunião pública que tiver na Câmara em Duque de Caxias, sobre as indenizações para os pescadores, se vai ter um bom acordo ou se vamos viver de Audiência Pública? O Alcides de Souza. Esta obra terá a mesma segurança para o tubo, igual a da tubulação que vazou milhões de litros de óleo e até hoje não temos mais peixes que pescamos, e não fomos indenizados como ficou os pescadores e suas famílias. Essa pergunta é do Alcides de Souza. Então são essas as perguntas do seguimento de pesca.

**PAULO MONTES** – Evidentemente são muitas perguntas, é marcante aqui o problema do vazamento de 2000, e a gente tem duas maneira de encaminhar o assunto: é tentar, evidentemente passar uma borracha no passado ninguém consegue, o que a gente pode tentar é caminhar aqui para melhorar a situação a partir de agora. E já foi colocado aqui nessa Audiência, já há um início de entendimento com relação a treinamento, a convênio, a tomar um diálogo com a Prefeitura de Magé e com o Município de Magé, diria até mais com o Município de Magé, as vezes é até melhor conversar com a comunidade, do que conversar com, de repente com algumas pessoas que no passado pediram coisas e que hoje a Petrobras chegou aqui e encontrou elas inúteis, porque não tinham muito sentido. Então olha só, é uma questão difícil, todas as perguntas têm mérito, são importante e são difíceis de responder, seria fácil e leviano para mim, chegar aqui e dar uma resposta do tipo, nós vamos resolver todos os problemas de todo mundo e fazer a felicidade geral de Magé. Infelizmente as coisas não são tão simples assim. Agora, eu acredito no diálogo e a gente começar a trabalhar para resolver um bocado desses problemas, e eu acredito que uma parceria com a Prefeitura e com o secretaria de meio ambiente, realmente pode resolver muita coisa e abrir muitos canais aqui para a gente melhorar a situação. Não sei todos, mas a gente pode tentar.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, vamos passar então às outras perguntas.

**JOCINETE DA GLÓRIA** – Eu quero falar.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, quem está coordenando o microfone, por favor, quem é o representante do microfone? Por favor, eu gostaria que o microfone fosse indicado aqui pela presidência da mesa, por favor. O Sr. Irapuã Paes Barreto. Ele está perguntando se tem valor essa audiência sem a presença do Ministério Público Federal ou Estadual. Sim, a audiência tem valor. O Ministério Público foi convocado, foi convidado, no início dessa apresentação chamei a presença do Ministério Público várias vezes, está gravado. Ele não compareceu, mas ele recebeu o Estudo de Impacto Ambiental, recebeu o Relatório de Impacto Ambiental, ele também, como os senhores, poderão fazer questionamentos à FEEMA, ao órgão licenciador. Gostaria de esclarecer que, essa Audiência Pública, após a realização da Audiência Pública, nós concederemos o prazo de mais 10 dias para que sejam encaminhadas perguntas, manifestação à FEEMA e à CECA sobre o projeto ambiental. Quer dizer que então, além disso, ainda terão mais dez dias para as outras manifestações que se fizerem necessárias. A pergunta aqui não tem. Um momentinho só por favor, tem ordem, tem uma ordem aqui amigo. Não tem pressa nenhuma amigo.

**RENILDA JARDIM** – Eu gostaria de encaminhar uma proposta a mesa, quando for oportuno.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok. A pergunta não tem, a pessoa não se identificou, mas a pergunta é a seguinte: pelo que podemos observar, o Município de Magé será o mais afetado pelas suas APPs, como uma área de tal importância pode permitir por lei a construção de um gasoduto, onde está o IBAMA nessa Audiência Pública? Eu gostaria de registrar que o IBAMA também foi convidado e nós não tivemos a presença do IBAMA. O IBAMA será ouvido também, ele recebeu também o Estudo de Impacto Ambiental, e ele também deverá se pronunciar sobre o empreendimento. Isolda Maria Viriato pergunta: a rodovia RJ-126 em Patis, próximo a Serra dos Gaviões, há uma comunidade praticamente isolada e desassistida pelo poder público em todos os setores, os mais prejudicados são os idosos e crianças, e a assistência médica e educacional é

zero, na localidade há uma escola, Nova Miracema, desativada a mais de 10 anos e muitos jovens e crianças sem estudar. Pergunto se a Petrobras tem algum programa de responsabilidade social que possa atender essa comunidade? Quais são? Como pode fazer essa comunidade está inserida na área de influência direta.

**PAULO MONTES** – Essa questão, é lógico que a gente pode intermediar alguma ajuda a essa comunidade, eu estou entendendo que ela está em Cachoeiras de Macacu, pela localização aqui. E a gente pode tentar alguma intermediação, ou vir algum projeto institucional da Petrobras, ou vir algum benefício de alguma maneira da obra. Agora, é muito ampla a pergunta, e também é muito difícil dar uma solução aqui ao vivo para a situação, mas a gente já estava sabendo dessa situação. Se não me engano é próximo do desemboque do túnel, é desemboque do túnel? Isso é perto de Japuíba? É?

**JOCINETE DA GLÓRIA** – Isso, é perto de onde vocês vão furar a pedreira para poder passar, lá em Patis. Eu gostaria de ter a oportunidade de falar. Sou de Cachoeiras de Macacu, meu é Jocinete da Glória Nascimento. A maioria da nossa comunidade já foi embora, por achar até que não fazia parte dessa Audiência Pública, porque nós só estamos vendo falar de Magé. Eu gostaria de dizer que nós lamentamos a ausência do órgão do Ministério Público aqui nesse local, quem é responsável pela comunidade, em defender a comunidade, teria que ter mais responsabilidade com o povo. Nós aguardamos que na próxima Audiência Pública, o Ministério receba para isso, que eles estejam cumprindo com a sua função, que é defender o povo. Quero aproveitar a oportunidade para dizer para toda essa comunidade de pescadores, a importância de Cachoeiras de Macacu para a sobrevivência do mangue, para a sobrevivência dos peixes. Cachoeira de Macacu é responsável pelo abastecimento de toda região leste metropolitana. Aqui em Magé, Guapi, Itaboraí, é abastecido com a água de Cachoeiras de Macacu. E eu quero dizer uma coisa para vocês, se o rio Macacu e o rio Guapiaçu não forem despoluídos, o alimento de vocês vai acabar com Petrobras ou sem Petrobras. Nós temos que cuidar de nossa água, e isso tem que ser prioridade. Isso aqui não é Audiência Pública de Cachoeiras, nem de Magé, nem de Guapi, e é com muita tristeza que eu vejo a minha comunidade se retirar ao invés de ocupar o seu espaço, porque essa aqui é o espaço de todos nós, podemos ser a minoria, mas fazemos a diferença. Eu quero colocar aqui para vocês a importância de manter a qualidade da água do rio Macacu e Guapiaçu. Cachoeiras de Macacu possui 90% da APA da Bacia Macacu, que

deságua nos manguezais de Guapi. Essa água é para oferecer vida, esses mangues precisam ser despoluídos com ações práticas de tratamento de água, de esgoto, conforme está escrito no Tratado de Kyoto, direito de todos nós ter água de qualidade e tratada, no entanto isso não acontece. Decorrente de problemas de saneamento básico advém o gasto do governo com saúde. Está na hora de investir na prevenção, no tratamento e não das conseqüências, mas precisa combater a causa. Se cuida da dor de barriga, se cuida da verminose, se cuida disso e daquilo, mas não se cuida da água. Se cuidar da água, não precisa cuidar da dor de barriga, não precisa cuidar da verminose, vocês terão alimento para vender, se cuidar da água vocês terão peixe com fartura para vender, porque é a água que trás o alimento de vocês. Então nós queremos desenvolvimento sustentável com equidade social. E o que eu posso ver aqui no momento, é que essa gente não conhece a Agenda 21 da Petrobras, é uma coisa que existe, mas muito mal divulgada, não estamos satisfeitos com o trabalho feito pela Agenda 21 da Petrobras. A divulgação não chega a comunidade de pescadores, não chega a comunidade de catadores, não chega às comunidades. Então, está todo mundo aqui desinformado, e todo mundo, essa Agenda já deveria ter colhido e acalmado essas pessoas, para que elas não estivessem aqui trazendo pânico para vocês, esse é o trabalho da Agenda 21, visitar a comunidade e ver a situação da comunidade, para que vocês não tenham o embaque que vocês estão tendo, por falta de serviço mal prestado. Nós queremos maior divulgação. O que está sendo prestado para a gente é que eles não tem dinheiro para divulgação. Eu quero saber, se eles não tem dinheiro para fazer divulgação, quem tem, nós? Nós precisamos que os trabalhos sejam melhor divulgados, e precisamos nos unir e fazer um trabalho em conjunto, não é só Magé, Magé depende de Cachoeiras de Macacu, que depende de Guapi, e nós dependemos um do outro, nós precisamos nos unir, trabalhar em conjunto, porque vocês precisam de comer, nós produzimos agricultura, nós temos uma reserva ambiental que precisa ser preservada, para que vocês aqui embaixo tenham água. Então nós temos que ver, a necessidade de Guapi é uma, a necessidade de Magé é outra, e Cachoeiras tem a sua necessidade, e nós nos unimos para poder fazer um projeto bonito e que seja sustentável.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, está registrada aqui a sua intervenção Jocinete, então está praticamente anotado aqui a pergunta que você fez tá? Bom, a Simone Amâncio pergunta: gostaria de saber se vocês pretendem instalar programas ambientais nessas regiões, e como serão realizadas essas obras? Pergunta também o Marílio Dias Neto,

quais serão os projetos de meio ambiente que serão feitos no Município de Magé? E a Márcia Regina pergunta: eu gostaria de saber se depois que a tubulação passar, vocês vão inutilizar a área que está em volta?

**PAULO MONTES** – Com relação a inutilizar aqui, eu gostaria de saber se depois que a tubulação passar vocês vão inutilizar a área que está em volta? Na verdade a gente institui uma servidão de passagem, e o duto é colocado nessa servidão de passagem, e ela é mantida como servidão de passagem. Então, não é questão de inutilizar a área, ela tem utilidade de servidão de passagem. Os programas ambientais da obra, por favor Eliane, Eliane responde aqui, pega um microfone e responde sobre os programas ambientais da obra.

**ELIANE** – Os programas ambientais, a apresentação do Paulo já tem o vídeo, ah desculpa gente, boa noite. Nós já estamos a tanto tempo juntos aqui, muito bem, boa noite, quase bom dia. Então, o Paulo apresentou um vídeo onde a gente apresenta os programas ambientais, e eles também foram apresentados pela Biodinâmica, como parte das medidas mitigadoras para o empreendimento ser viável. Então, nós temos Programa de Reposição de Supressão de Vegetação, temos programas de educação ambiental, tanto voltado para a criança quanto para público adulto, temos programas também de monitoramento de fauna e flora, a gente faz isso antes de passar a obra e depois que passar a obra também a gente continua monitorando, faz o monitoramento de qualidade da água antes de passar a obra e depois de passar a obra, temos programas de salvamento arqueológico, prospecção e salvamento arqueológico e também temos o inventário florestal da área onde nós estamos passando.

**LUIZ HECKMAIER** – Pergunta do José Carlos de Souza. Quais as medidas que serão tomadas no trecho paralelo ao túnel na Serra dos Gaviões, a RJ-126 em faixa máxima de 3 metros, em relação aos veículos leves, pontes e pontilhões, estrutura e transtornos aos proprietários locais? Outra ainda com relação ao túnel, qual será o destino acertado para o material oriundo da escavação do túnel no maciço de São Lourenço?

**MÁRCIA** – Gostaria de falar um momento, é que eu fiz a pergunta sobre o que vai ser feito depois que for passado o duto, porque eu quero saber.

**LUIZ HECKMAIER** – Por favor, nós não estamos identificando, por favor poderia ficar em pé e dizer o nome, nós estamos gravando a audiência.

**MÁRCIA** – Tá, meu nome é Márcia, fui eu que fiz a pergunta sobre o que vai ser feito depois que vocês passarem com o túnel o duto, do gasoduto. Porque moro numa área que é uma área de gasoduto, passam todos os dutos ali, todos os canos e sempre ali fica muito abandonado, muito mato, esquecido por todos. Então, eu gostaria que fosse um lugar, que fizesse uma área para as pessoas, assim tipo um parque, alguma coisa que fosse aproveitável, porque fica aquele matagal, fica esquecido. Antigamente a gente ainda tinha lá um engenheiro que ia lá, fazia a manutenção, olhava, via o que a gente estava precisando, mandava limpar quando a gente estava precisando, agora está esquecido, tem mais de seis meses que aquilo está tudo esquecido, as crianças brincando no meio do matagal, em tempo de uma cobra morder. Então, ou vocês tinham que inutilizar a área de vocês, ou então fazer uma manutenção todo mês. Obrigada.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, está registrada a pergunta. Por favor, Petrobras, respondendo.

**PAULO MONTES** – Com relação ao túnel, a questão dos acessos, eles vão, dentro do contrato de construção do túnel a gente vai incluir alguma melhoria, com relação a algumas pontes que por ventura estejam no caminho, algumas passagens, evidentemente para dar condição de executar a obra e trânsito para as pessoas que moram lá dentro. A questão do material, a gente vai depositar o material num bota-fora, esse material evidentemente não é da Petrobras, ele é da União, é do Governo, porque é uma rocha, e isso daí já tem algumas tratativas com as Prefeituras, para utilizar, tentar fazer algum licenciamento desse material, para ter alguma utilização social dele, está certo, mas ainda não tem nada configurado, está certo?

**LUIZ HECKMAIER** – Um momentinho só por favor, nós estamos seguindo o rito da audiência. Nós temos aqui 75 perguntas a serem respondidas, então, por gentileza. Audiência Pública tem ordem, como toda reunião tem uma ordem. A ordem está aqui, as perguntas foram feitas, eu já dei a palavra várias vezes para o senhor, o senhor por favor aguarde a indicação. Gostaria de saber em que fontes de pesquisa foi selecionada a necessidade de programa verde novo e como vai viver em função da produção

produtiva, mão na massa, projeto nutrição para os funcionários de Cachoeiras de Macacu, tendo em vista a predominância ambiental e agrícola da localização dos projetos, como a Coleta Seletiva voltada para a preservação ambiental, agricultura e formação profissional. Pergunta da Jocinete da Glória, fez a pergunta ainda pouco.

**PAULO MONTES** – Dona Jocinete olha só, a senhora está presente? Eu vou pedir para alguma pessoa nossa esclarecer pessoalmente para a senhora essa questão aqui, que é muito complexa, muita informação numa pergunta só. Faz o favor Sandra. A Sandra vai esclarecer aqui pessoalmente. Esclareça ela aqui essa pergunta Sandra, faz o favor.

**LUIZ HECKMAIER** – O microfone para ela, por favor. Bom, enquanto ela se prepara ali para a resposta, vamos a outra. Como fica o ambiente na nossa região, já que vocês aprovam essa obra da Petrobras? Quero um explicação sobre o porquê? Como fica o ambiente na nossa região onde vai passar o empreendimento? Essa pergunta é para a consultoria ambiental. É o Leonardo da Conceição. Ele pergunta também, vou aproveitar, o Vinícius Costa pergunta o seguinte: como será feita em relação a supressão de áreas de proteção permanente, APP, existe alguma medida paliativa ou nada será feito em relação a isso? Ele faz a pergunta para a consultoria ambiental também. Ok.

**ROBERTO SIMÕES** – Bom, vou começar por esta segunda. Nas áreas de supressão de vegetação em áreas de preservação permanente, numa próxima etapa do licenciamento, quando a Petrobras solicitar supressão de vegetação, a autorização de supressão de vegetação ao IEF, que é o órgão responsável por essa autorização, o IEF certamente dará uma condicionante a licença de supressão de vegetação, dizendo quais serão as medidas, o quanto a Petrobras deverá plantar de vegetação e aonde deverá plantar essa vegetação, para compensar a vegetação que será suprimida, não só nas áreas de preservação permanente, mas todas as áreas de supressão de vegetação. Bom, em relação a primeira pergunta, que é como fica o ambiente na nossa região, como fica o ambiente na nossa região, vocês aprovam essa obra de Petrobras? Bom, foi feito um diagnóstico do ambiente da região por onde vai passar o empreendimento, e nas áreas aonde a faixa já é existente, o duto será implantado e não haverá, durante a fase de construção sempre tem uma alteração por conta da abertura da vala e etc., mas depois, durante a fase de operação do duto, aonde a faixa já é existente não haverá nenhuma modificação. Mas nas área aonde existe vegetação, haverá uma modificação por causa

da retirada dessa vegetação. E mais uma pergunta em relação a vegetação, feita pelo Sr. Antônio Marcos de Oliveira. Com os problemas ambientais detectados e outros que aparecerão na implantação do gasoduto, será implantado um programa de reflorestamento com atitude econômica, social e cultural? Se tiver, como e quem poderá fazê-lo? Bom, durante a fase de implantação do gasoduto, como eu falei anteriormente, a Petrobras deverá solicitar ao IEF a autorização para supressão da vegetação, e nessa autorização de supressão de vegetação vem as condicionantes que a Petrobras deverá seguir deverá tomar para reparar a supressão de vegetação que ela deverá fazer para implementar o duto. Então, será implantado um programa de reflorestamento sim. E como e quem poderá fazê-lo, isso a Petrobras, certamente, é uma empresa pública, fará um processo de licitação, aqui eu respondendo aqui por eles, mas fará uma licitação que contratará uma empresa para fazer esse processo de revegetação.

**LUIZ HECKMAIER** – O José Carlos pergunta: quais as medidas para as estradas vicinais paralelas ao gasoduto? Falta de informação para os proprietários e os moradores na faixa em que passa o gasoduto.

**PAULO MONTES** – Olha só, durante a obra a gente tem que fazer alguma manutenção das estradas vicinais que por ventura a gente utilize, e isso daí é conduzido no âmbito do contrato que vai construir a obra. Essa questão de falta de informação de moradores, tem o nosso 0800 que pode ser utilizado, registre a sua queixa, a sua dúvida, que a gente pode dar um atendimento personalizado para a pessoa que fizer pergunta, está ok?

**LUIZ HECKMAIER** – Tem mais uma de estrada ainda, o Orlando Ferreira pergunta: sou morador do Município de Cacheiras de Macacu, pergunta se a estrada onde passa o duto vai ser melhorada? Porque está muito ruim, também as pontes estão necessitando de reforma.

**PAULO MONTES** – Essa questão da ponte eu já até respondi noutra pergunta aqui, que alguma ponte que requeira algum recurso por causa da obra, a gente vai executar, a gente está estudando esses casos aí um a um, está ok?

**LUIZ HECKMAIER** – A Dulce Regina de Araújo pergunta: por que até agora não tivemos em nossa comunidade nenhuma discussão sobre os impactos ambientais, sociais e risco, quando já estamos atingidos pelos outros dutos existentes? Gostaria de esclarecer que essa discussão está sendo feita nessa Audiência Pública nesse momento. O Giovane Diniz da Silva pergunta: quais serão os benefícios para a população do Barão de Iriri a serem feitas pela Petrobras? Tendo em vista que na execução da primeira linha só nos sobraram transtornos e problemas. Barão de Iriri.

**PAULO MONTES** – Olha só, os benefícios, é a questão que a gente falou, do emprego e do treinamento que a gente está propondo aqui. Eu não sei bem a localidade de Barão de Iriri, e como se.

**LUIZ HECKMAIER** – Vou pedir a complementação da pergunta sobre APP, por favor, um microfone para ele.

**ANTÔNIO MARCOS** – Boa noite. Meu nome é Antônio Marcos. E quanto a essa questão, principalmente ligada a reflorestamento e também desse gasoduto, que sem dúvida virá da maneira econômica para o Brasil, eu gostaria de saber como é feita essa licitação? Como as ONGs entram para poder apoiar esse reflorestamento, e se essa comunidade, porque o que muita gente vê o reflorestamento, só que por exemplo, em Cachoeiras de Macacu nós temos uma comunidade rural, como vocês constataram que o gasoduto irá passar, em grande parte, em pastos e também lavouras, em pouquíssimas partes irão passar em floresta. Claro, a floresta já foi desmatada e vocês já estão tendo problema de erosão antes de chegar. O que eu quero saber é o seguinte, como que a comunidade pode ser beneficiada na economia, no social e culturalmente com esse reflorestamento, já que são pessoas que moram em contato direto com a natureza, possuem um conhecimento, e no entanto, quando há um reflorestamento nas áreas que estão desmatadas, a comunidade é dispensada e vem pessoas de outros locais, com plantas que não são endêmicas do local e muito menos climatizadas, e que você tem mão-de-obra que são pessoas de lavoura, que entendem de árvores, entendem de chás, de árvores, trabalham com aquilo, e no entanto são descartadas, para que empresas que venham até de outro Estado, suprir esse reflorestamento, já que nós moramos dentro do local, igual a Cachoeiras de Macacu, que é rica na nossa Mata Atlântica, sendo que, Cachoeiras de Macacu por exemplo, se não me engano, é o quinto maior município, e

ainda o que possui na serrana e aqui, a maior quantidade de Mata Atlântica ainda primária. No entanto, você não vê ninguém apoiando e muito menos, quando chega reflorestando, eu gostaria de saber se vocês tem um projeto de utilizar o conhecimento das pessoas que moram lá e usar as plantas e árvores para o reflorestamento, sendo feita por hortos de pessoas de lá? Porque isso vai dar não só um valor econômico, social e cultural, e claro, vai fazer com que as pessoas se sintam mais importantes, já que estão ajudando o próprio lugar onde moram.

**PAULO MONTES** – A gente vai levar em consideração as suas colocações com relação ao reflorestamento, principalmente na região de Macacu, e eu vou pedir para o pessoal da comunicação entrar em contato com o senhor, tá bom, para analisar isso. Só queria ver se a Sandra, Thiago anota o nome dele e o contato dele, tá bom?

**LUIZ HECKMAIER** – A pergunta do Nilson Brás, qual a participação social da Petrobras para a comunidade de São José da Boa Morte com relação aos impactos ambientais?

**PAULO MONTES** – Olha só, dá para identificar onde é São José da Boa Morte, é que município isso? Cachoeiras de Macacu também? É com relação a essa questão de programa ambiental também, creio eu. Olha, é a resposta que eu acabei de falar, a gente pode tentar fazer alguma parceria com a comunidade, para melhorar essa questão da recomposição vegetal e do replantio de algumas árvores que a gente tem que fazer. A gente está tentando aí algum contato para a gente resolver isso.

**LUIZ HECKMAIER** – Pergunta da Elisete Medeiros: desta medida compensatória de 0,5% que cabe aos municípios, qual a porcentagem que caberá aos bairros que passarão os dutos? Como saber que o município está recebendo este valor? Bom, eu gostaria de responder que a medida compensatória de 0,5%, primeiro que não é 0,5, é 0,5 a 1%, dependendo dos impactos ambientais, isso ainda vai ser determinado depois do estabelecimento da licença, durante o estabelecimento da licença. Este valor, ele é encaminhado para a Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, então ele vai determinar quais são as Unidades de Conservação que vão receber essa medida, esse valor que se refere a lei do SNUC. A Terezinha Dias de Almeida pergunta: quero saber quais são os benefícios em favor das crianças da

localidade durante as obras? Quer dizer, está preocupada aí com a questão social das crianças. Acho que essa pergunta fica registrada, acho que o pessoal da Petrobras já respondeu. O Hélio Rodrigues Gonçalves, a nossa qualidade de água na Baía de Guanabara antes das obras qual era e durante as obras como estão? E no fundo da Baía em Magé? Qualidade da água, a obra.

**PAULO MONTES** – Evidentemente a obra não vai afetar a qualidade da água.

**LUIZ HECKMAIER** – O Hermes Ricardo Andrade pergunta se haverá algum seguro para os moradores das comunidades afetadas pelos dutos? Seguro.

**PAULO MONTES** – Não, não há um seguro específico para isso, há um seguro de risco do construtor e alguma coisa que possa acontecer a terceiros, isso daí está envolvido, tipo um acidente de trânsito, alguma coisa assim tem seguro da obra, está certo, e não um seguro feito em nome da comunidade como um todo, mas um seguro que pode proteger algum evento individual com alguma pessoa, está certo?

**LUIZ HECKMAIER** – O José Ananias está presente? Ele estava perguntando, que ele disse que não tinha entendido o projeto, gostaria de saber se ele agora entendeu o projeto, mas se não está presente, acredito que ele tenha entendido. Tem uma pergunta aqui de uma pessoa que não se identificou, mas é basicamente sobre aquela mesma pergunta sobre a legislação do SNUC. Ele quer saber o seguinte: sabendo que a legislação obriga um empreendimento de tamanho impacto a investir em porcentagem de total bruto no investimento para unidades de conservação, quais são os planos para os municípios afetados pelo empreendimento, principalmente de Cachoeiras de Macacu, que tem a maior área afetada? Como eu já disse, esse empreendimento, esse valor da taxa de compensação será encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente, que vai então determinar quais são as unidades de conservação que vão receber os benefícios dessa compensação. O Nilton Pereira de Lima pergunta: quais as obras que serão feitas entre a Cedae e os afluentes do rio Guapiaçu? Que estourou o dique, deixando várias famílias de agricultores em situação precária.

**PAULO MONTES** – Tem alguém presente aqui, o seu Nilton está presente? Para a gente poder identificar melhor o assunto. Depois a gente vai encaminhar aqui, contactar o seu Nilton e definir a resposta.

**LUIZ HECKMAIER** – A Regina Maria Pereira Ferreira pergunta: gostaria de saber se a Petrobras, e nós que vamos sair do local, mas quem vai ficar será prejudicado pelo gás, pois temos filhos e netos que continuarão no local. Então o que ela quer saber é o seguinte, se a Petrobras vai retirar as famílias, mas as outras que vão ficar no local onde passara o gasoduto, como ficarão?

**PAULO MONTES** – Evidentemente que não, as famílias que estão sendo tiradas é uma questão da Análise de Risco que foi feita, e o alargamento necessário à faixa de servidão. As famílias que não serão retiradas estão em área segura.

**LUIZ HECKMAIER** – O Júlio César dos Santos pergunta: gostaria de saber por que não deram informação antes sobre o empreendimento, já que foi aprovado em 2007 e estamos em 2008? Essa pergunta já foi respondida aqui pelo representante da FEEMA, que esclareceu que a data da abertura do processo foi em janeiro de 2007 e nós estamos durante todo esse processo, de um ano para cá, fazendo essas avaliações. Então na verdade, a obra não foi aprovada ainda, nós estamos numa fase de Licença Prévia, e essa Audiência Pública faz parte do processo de licenciamento. Então, a licença não foi ainda concedida. O Gleidson de Almeida pergunta: pude observar uma diferença entre o traçado do duto, entre o mapa do panfleto entregue pela Petrobras e o mapa apresentado pela consultoria ambiental. Exemplo, na área de Cachoeiras de Macacu, qual é o certo? No caso de serem identificados problemas sociais, falta de escolas, postos de saúde e etc., qual será a postura da Petrobras? Então na verdade, o Gleidson faz duas perguntas, uma com relação ao traçado e a outra é com relação ao problema de escolas.

**LUIZ HECKMAIER** – Acho que o representante da consultora já fez os esclarecimentos, mas sempre é bom dar uma explicação rápida sobre o traçado real do duto.

**ROBERTO SIMÕES** – O traçado do Gasduc 3 é o traçado que foi apresentado aqui hoje na audiência, nas telas, e também é o traçado que está presente no Estudo de

Impacto Ambiental. Acredito eu que no folheto seja uma representação, e não tenha, não sei por que, mas o traçado apresentado, o traçado certo foi o apresentado nas apresentações, tanto da Biodinâmica quanto da Petrobras. Acho que aqui no folheto, por motivo de alguma representação ele não ficou igualzinho ao que foi apresentado aqui no Estudo de Impacto.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, foi esclarecido? Tem uma pergunta aqui, não é bem uma pergunta, mas é um apelo que a Simone da Silva faz. Por favor, à Petrobras, por favor, mande equipe de manutenção em Suruí, porque aquilo está um horror. Está registrado aqui, por favor, passando a questão para a Petrobras. A Nilsa Maria Pereira pergunta: a quem posso procurar no Departamento de Marketing para divulgar ou publicar um ou mais esclarecimentos à população cachoeirense na revista **ACCAM**? Também a Nilsa está perguntando à Petrobras, e eu passo essa pergunta, e eu peço à Petrobras que faça um contato depois com a Nilsa pelo telefone e as indicações dela, para que ela possa então, fazer uma divulgação do projeto.

**PAULO MONTES** – Será feito.

**LUIZ HECKMAIER** – A Adriane Santana Cardoso pergunta: sou moradora, educadora voluntária em Jardim Ana Clara, gostaria de saber como fazer para o Programa Educação Ambiental? Assim poderei desenvolver um trabalho de conscientização direcionando as crianças e jovens do meu bairro, desde já obrigada. Então, sobre educação ambiental, quem responde da Petrobras sobre esse assunto?

**PAULO MONTES** – As nossas comunicadoras, a Dirlene, farão contato com você, para você participar, tá bom?

**LUIZ HECKMAIER** – O Gabriel de Vasconcelos se encontra presente? Gabriel? Não se encontra. Porque a pergunta do Gabriel aqui eu não entendi direito. Eu vou tentar ler aqui. Ele pergunta o seguinte, ele fala que o empreendimento, a instalação desse gasoduto vai ocupar uma faixa de propriedades particulares, e há necessidade do proprietário ser informado sobre a questão do impacto ambiental, sobre a questão das indenizações, e ele pergunta como é que esse trabalho vai ser feito e como a comunidade local será avisada sobre o assunto? Eu acho que a Petrobras já respondeu.

Ele mora na rua, na Associação dos Pequenos Produtores de São José da Boa Morte, na Gleba AC na RJ-122 em Cachoeiras de Macacu. A pergunta do Janilton, quais são os interesses nos mais, a essa altura do campeonato, a essa hora e também a luz está prejudicando um pouco a leitura. É o Janilton Juvenal, se encontra presente o Janilton? Não se encontra o Janilton? Bom, eu vou abdicar da pergunta dele, porque realmente não estou conseguindo entender. Eu gostaria, praticamente nós encerramos as perguntas, nós temos, por favor, a palavra será concedida, tenham calma, a audiência não acabou. Eu gostaria de comunicar que nós temos 10 dias ainda para a apresentação, o encaminhamento das perguntas por escrito à FEEMA e à CECA. Endereço da CECA para manifestações, 10 dias a partir dessa audiência, Av. Graça Aranha, 12 – 1º andar – Centro do Rio de Janeiro, telefone: 2299-3051 / 2299-9207 ou a FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, Rua Fonseca Teles, 121 – 8º andar – São Cristóvão – Rio de Janeiro, telefone: 3891-3366. Agora eu vou dar a palavra às duas últimas pessoas que estão inscritas. Por questões de cavalheirismo eu vou pedir que a senhora então fale a sua palavra e vou deixar que o colega fale em seguida.

**RENILDA JARDIM** – Obrigada mais uma vez à mesa. Eu gostaria de pedir desculpas aqui, ao pessoal de, os representantes de Cachoeiras de Macacu e de outros municípios, em razão de nós termos extrapolado, é que o pessoal de Magé é bastante questionador, e a Petrobras tem uma dívida social e moral com a nossa cidade, então, nós não poderíamos de forma alguma deixar passar isso em branco. E eu estou deixando aqui três propostas para serem encaminhadas à mesa. Eu vou deixar aos cuidados do Secretário de Meio Ambiente, que o meu transporte já foi, está me esperando lá na praça e eu ainda estou aqui, então vou ter que correr até lá. A primeira é a situação dos pescadores, para que seja inclusa nesse relatório, para que a Petrobras possa dar uma priorização, que isso já se arrasta a 8 anos. É questão de moral também, não só social, é uma dívida além de social, moral com a nossa cidade, não só Magé, mas Guapimirim e outro municípios que estão envolvidos nesse desastre ecológico. A outra é a definição das metas, que não ficaram claras no relatório. São muitas as ações, mas ali não estão definidas quando elas começaram a serem desenvolvidas, o início e o término dessas ações. E a terceira é a contrapartida da empresa para com os municípios envolvidos no projeto, não só Magé, mas Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim, eu acho que isso no relatório é questão muito importante. E se possível, esse relatório chegar às nossas mãos, seja por meio do poder público municipal, por meio de federação de associação

de moradores, mas nós não podemos, de forma alguma, ficar sem esse relatório. Porque sem ele nós não temos como fiscalizar essas ações. No mais eu agradeço a participação aqui da comunidade de Suruí especificamente, a qual eu represento, e dizer que é assim que a gente conquista as vitórias, são muitas as lutas ainda pela frente, mas eu desejo a todos uma boa noite e uma boa sorte para todos nós. E na questão da Agenda 21, só para fechar, que eu havia esquecido, nós temos uma representante de Magé que faz parte dessa Agenda, e ela não vem se articulando com as comunidades e ainda vem faltando muitas reuniões, então nós temos que cobrar dela companheiros. Muito obrigada.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, está registrado então, e a mesa encaminha, vai receber a sua proposta. Gostaria também de dizer que o Relatório de Impacto Ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental, foi também divulgado e encontra-se à disposição na Prefeitura e na Biblioteca da FEEMA e em diversos órgãos estaduais e no IBAMA também, à disposição. O Relatório de Impacto Ambiental de impacto ambiental, também uma cópia pode ser disponibilizada, está também à disposição também na página da FEEMA, também se encontra lá o Relatório de Impacto Ambiental. Por gentileza agora o senhor, por favor diga o seu nome, para ficar registrado na gravação.

**JÚLIO CÉSAR** – Meu nome é Júlio. Primeiramente desculpe se eu deixei a transparecer para o senhor como desordeiro, mas não sou, ao contrário do senhor entre aspas. Eu vim aqui reclamar de uma coisa que está acontecendo comigo e com vários colegas meus. O que acontece? Se eu não reclamar, eu futuramente passarei fome. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o seu Paulo. Seu Paulo, o senhor aqui firmou um compromisso com o pessoal do Jardim Ana Clara e firmou com um outro parceiro de Mauá. Eu gostaria que o senhor firmasse com os pescadores um compromisso sério, não só com o vazamento de 2000, mas entre todos, com todos, eu queria só isso do senhor. Muito obrigado.

**PAULO MONTES** – Espera aí, deixa eu ver se eu entendi, que o som aqui também estava meio ruim, mas vamos lá. Olha só, eu tenho um mandato para atender ao Gasduc 3, então, o Jardim Ana Clara, a gente vai atender lá, a gente está fazendo uma intervenção direta na região do Jardim Ana Clara, está certo? Eu queria entender

especificamente, com relação aos pescadores, o que o senhor deseja, exatamente o quê o senhor deseja de mim?

**JÚLIO CÉSAR** – Eu desejo no todo, desde qualificação de trabalho, o vazamento de óleo, todos os transtornos que a Petrobras fez para nós. O que acontece? Eu só quero só transparência, só isso. O senhor pode organizar uma reunião com os pescadores, para que haja mais transparência, o senhor tem o poder, eu só não tenho a palavra.

**PAULO MONTES** – Olha só, com relação a transparência, olha só, da minha parte eu tento ser o mais transparente possível nas ações que eu estou tomando, e que no meu nível de poder eu tenho condição de resolver. Essa questão do pescador evidentemente me preocupou, como integrante da Petrobras, a situação que chegou, que evidentemente uma quantidade de pescadores se mobilizarem aqui, a essa hora, para reclamar de uma situação de oito anos atrás, não é uma coisa muito normal, está certo? Então, exatamente, então olha só, é porque tem alguma coisa que ficou mal resolvida no passado e até hoje não está muito bem resolvida, está certo. Eu não sei de todos os detalhes da situação infelizmente, eu sei que vocês têm o direito de reclamar, porque eu sou um representante da Petrobras, mas é muito difícil a gente saber de todos os detalhes, de todas as situações que uma empresa do tamanho da Petrobra passa, eu sei que há uma ação na justiça com relação a isso, essas indenizações, creio eu que foi fruto de uma negociação que não chegou a lugar nenhum e houve uma ação na justiça. Agora, o que eu vou levar para os meus superiores, é que a situação aqui em Magé é muito difícil com relação a isso, e que eu acho que a gente tem que dar uma atenção especial para esse caso, para tentar chegar a um entendimento, seja ele qual for. Eu não tenho condição nem de dizer que a demanda é justa ou injusta, ou que queira ser, porque simplesmente eu não consegui, não tenho dados para avaliar nada. Eu só sei que a situação está muito mal colocada e muito mal resolvida, e o que eu acho que o que tem que haver, e eu acho que também nesse ponto aí, o próprio Secretário de Meio Ambiente pode participar disso daí, é de se abrir um canal de comunicação, para haver um entendimento do que está acontecendo e qual foi o histórico. E tentar abrir também um canal dentro da Petrobras e tentar discutir a situação, porque é muito chato uma situação dessa se arrastar a oito meses, e volto a dizer, inclusive ações na justiça como chegou ao meu conhecimento que tem ainda, e é uma coisa que vai demorar mais anos para resolver ainda e não vai chegar a lugar nenhum. Agora, tudo o que é colocado, e eu

acho que aí eu acredito também um pouco na representação do Município. A Petrobras, ela atende, qualquer representante do povo que se dirige a ela, ela atende. Eu não sei se é uma questão da gente tentar de novo abrir o canal, falar, sensibilizar todo mundo, para tentar chegar a uma solução melhor. Infelizmente não está na minha mão resolver os problemas dos pescadores, como está a questão do Jardim Ana Clara. Eu queria que vocês também entendessem isso. Tudo o que eu puder fazer para melhorar a comunicação do que aconteceu com vocês, com a Petrobras, eu posso fazer e posso me comprometer a isso, eu não posso me comprometer em dar solução num problema que eu não tenho delegação para resolver.

**JÚLIO CÉSAR** – Eu não estou pedindo para o senhor se comprometer a fazer um compromisso, mas sim em botar um compromisso em divulgar para o seu superior o que acontece, para que o seu superior organize uma reunião com a Associação de Pescadores, seja o mar ou colônia, mas que seja transparente para com os pescadores, um denominador comum que vai chegar para os dois senão não vai adiantar. Nós aqui estamos conversando hoje, mas infelizmente, ao decorrer do tempo, nós já estamos fartos já, vai acontecer de colegas nossos que não vão deixar vocês fazerem a obra, vão atrapalhar vocês, vai ter confusão, eu quero que chegue num diálogo para todos, chegue numa situação melhor.

**LUIZ HECKMAIER** – Ok, está registrada então a sua pergunta, sua intervenção. Para encerrar eu vou passar a palavra ao Secretário de Meio Ambiente de Magé, quando então nós estaremos encerrando os trabalhos dessa Audiência Pública. Já são praticamente dez para uma da manhã, eu acho que já estamos todos cansados, os projetos, foram todas as perguntas lidas, eu creio que estão todas esclarecidas, então nós, com a palavra do Secretário nós estaremos encerrando os trabalhos dessa Audiência Pública. Por favor.

**CARLOS MENEZES** – Eu queria convidar aqui o Romildo, lá da Colônia Z9, Romildo, para apresentar lá na Secretaria de Meio Ambiente as propostas, como convidar também a Associação de Pescadores Homens do Mar, para apresentar as propostas. Porque eu entendo e aprendi assim, o meu avô sempre falava: “Peça o que quiser, mas coma o que pedir.” Se você pede errado, você come errado. Então é por aí, não adianta a gente ficar aqui, é claro que é essencial a resolução imediata, mas a

resolução imediata não resolve o problema do pescador, eu sou contra isso. Essa solução imediata de, ah uma indenização de X, não vai resolver. O que vai resolver é a indenização, mais um programa que possa criar uma sustentabilidade às famílias durante um período. Porque não se engane, a baía não dá mais pesca, tem mais de 20 dutos assentados ali e mais que virão, e muito mais virão por aí. Então, se apresentarem propostas sérias, eu estou lá para encaminhar à Petrobras, e acho Romildo, que o momento é único, a Petrobras quer, o Município, vou falar pela Secretaria de Meio Ambiente, quer. Você me acompanha a muito tempo Romildo, sabe que eu sou parceiro, e vou encaminhar o projeto junto com vocês, e vou brigar junto com vocês. Agora, não adianta também a gente vir para cá sem nada na mão, a gente precisa elaborar os projetos e apresentar à Petrobras. Se a Petrobras não observar e não começar a empurrar com a barriga, como foi colocado aqui várias vezes, a gente vai brigar junto. Então apresentem as propostas do seu grupo, o pessoal do Homens do Mar, apresentem as propostas, a gente vai fazer uma seleção, com eleição de prioridades, a gente faz uma reunião e vamos eleger aí as propostas que serão apresentadas à Petrobras, e eu vou brigar junto com vocês, está certo?

**LUIZ HECKMAIER** – Bom, muito obrigado Secretário. Vamos então nesse momento encerrar a nossa Audiência Pública, lembrando que temos ainda um prazo de 10 dias para serem enviados à CECA e à FEEMA, todas as manifestações a respeito dessa audiência. Obrigado aos senhores que tiveram paciência de estar conosco aqui até essa hora. Obrigado aos representantes da Petrobras, da consultora, FEEMA, Secretaria de Meio Ambiente e Prefeitura de Magé. Boa noite, muito obrigado e está encerrada a sessão.